



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

03/02/2017 ATÉ 03/02/2017

INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 IMIRANTE.COM.....	1
	1.2 O IMPARCIAL ONLINE.....	2
2	CASO DÉCIO SÁ	
	2.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	3
3	CORREGEDOR (A)	
	3.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	4
	3.2 BLOG MARCO DEÇA.....	5 6
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	7
	4.2 BLOG DALVANA MENDES.....	8
	4.3 BLOG DIEGO EMIR.....	9
	4.4 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	10
	4.5 SITE JORNAL PEQUENO.....	11
	4.6 SITE O PROGRESSO.....	12
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	13
	5.2 INTERNET - OUTROS.....	14
6	ESMAM	
	6.1 INTERNET - OUTROS.....	15
7	JUÍZES	
	7.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	16
	7.2 IMIRANTE.COM.....	17
8	PLANTÃO NO TJMA	
	8.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	18
9	PORTAL DO JUDICIÁRIO	
	9.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	19
10	PRECATÓRIOS	
	10.1 BLOG DANIEL MATOS.....	20
	10.2 BLOG DO MINARD.....	21
	10.3 BLOG DO VARÃO.....	22
	10.4 BLOG GENIVALDO ABREU.....	23
	10.5 BLOG GILBERTO LEDA.....	24
	10.6 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	25
	10.7 BLOG JORGE ARAGÃO.....	26
	10.8 BLOG JORGE VIEIRA.....	27
	10.9 BLOG MARCO DEÇA.....	28
	10.10 BLOG ZECA SOARES.....	29
	10.11 NETO CRUZ.....	30
	10.12 SEM ASSUNTO.....	31
11	PRESIDÊNCIA	
	11.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	32
12	PROCESSO SELETIVO	
	12.1 IMIRANTE.COM.....	33
	12.2 INTERNET - OUTROS.....	34
13	SERVIDOR PÚBLICO	
	13.1 BLOG DO KIEL MARTINS.....	35
	13.2 BLOG MARRAPÁ.....	36
	13.3 INTERNET - OUTROS.....	37
14	SINDJUS	
	14.1 SINDJUS.....	38
15	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	15.1 SITE O PROGRESSO.....	39
16	VARA CRIMINAL	
	16.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	40
	16.2 BLOG CRISTIANA FRANÇA.....	41
	16.3 BLOG DALVANA MENDES.....	42
	16.4 BLOG DIRETO DA ALDEIA.....	43
	16.5 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	44
	16.6 BLOG DO KIEL MARTINS.....	45
	16.7 BLOG DO MACHADO.....	46
	16.8 BLOG DO MINARD.....	47 48
	16.9 BLOG DO NETO FERREIRA.....	49
	16.10 BLOG DOMINGOS COSTA.....	50
	16.11 BLOG GILBERTO LIMA.....	51
	16.12 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	52
	16.13 BLOG JORGE ARAGÃO.....	53

16.14	BLOG LUÍS PABLO.....	54
16.15	BLOG WALDEMAR TER.....	55
16.16	BLOG ZECA SOARES.....	56
16.17	G1 MARANHÃO.....	57
16.18	INTERNET - OUTROS.....	58 59
16.19	MA 10.....	60
16.20	O IMPARCIAL ONLINE.....	61 62
16.21	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	63 64
16.22	SITE JORNAL PEQUENO.....	65 66
16.23	SITE O ITAQUI.....	67
16.24	SITE O QUARTO PODER.....	68
16.25	SITE SUA CIDADE.....	69
16.26	SITE TV GUARÁ.COM.....	70
17	VARA CÍVEL	
17.1	BLOG GILBERTO LEDA.....	71

Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJMA é aberta a receber denúncias

03/02/2017 19:10:10

O sistema já processou 2.360 demandas, com um crescimento anual de 240%

A unidade de Fiscalização e Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão possui um sistema, que permite a qualquer interessado cadastrar solicitações ou denúncias referentes ao sistema carcerário estadual. Trata-se do SisUMF, ferramenta eletrônica lançada em 2014 que já processou 2.360 demandas, com um crescimento anual de 240%.

O SisUMF está disponível no Portal do Poder Judiciário do Maranhão, na seção "Cidadão", no link do "Monitoramento Carcerário".

Em 2016, foram registradas 1.560 solicitações, a maior parte referente a Regularização de Guia de Execução, encaminhamento de apenados para emissão de documentos e Informação processual à família dos apenados.

O Sistema auxilia o trabalho da Unidade, onde partes de processo, familiares, advogados, assistentes sociais ou mesmo juízes podem cadastrar solicitações envolvendo os apenados, como pedido para emissão de documentos, inclusão de apenados em curso de qualificação profissional, informações processuais, inspeções, regularização de guia de internação, vagas de trabalho no Programa Começar de Novo, entre outros.

Para o coordenador da UMF, desembargador Froz Sobrinho, o número de demandas ainda é baixo, o que se deve ao desconhecimento da ferramenta pelos operadores e familiares dos apenados do Sistema Carcerário.

"A utilização do sistema pode melhorar a comunicação com o público externo, facilitando o acesso à Justiça e promovendo a cidadania", avalia o magistrado.

Assessoria de Comunicação do TJMA

Presidente do TJMA entrega ao presidente da Assembleia projeto de lei de reajuste salarial para os servidores do TJ

03/02/2017 19:11:14

Presidente da AL, Humberto Coutinho, recebe o projeto de lei das mãos do desembargador Cleones Cunha.

Projeto deverá ser apreciado pelo Legislativo em caráter de urgência na segunda-feira, dia 6.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, entregou em mãos ao presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado estadual Humberto Coutinho, o Projeto de Lei para implantação da nova tabela de vencimentos dos servidores efetivos do Judiciário maranhense.

O documento foi entregue logo após a sessão solene nesta quinta-feira (02), que deu início aos trabalhos parlamentares da Casa de 2017. O deputado estadual Fábio Braga informou ao presidente do TJMA que já solicitou em requerimento de urgência para que o projeto entre na pauta da próxima segunda-feira (06).

"É um momento importante entregar esse projeto para aprovação da Assembleia e poder, finalmente, implantar o reajuste de 6,3% tanto almejado pelos servidores e batalhado por nós nas tratativas ao longo de todo o ano de 2016", declarou o presidente Cleones Cunha, após a entrega.

O Projeto de Lei elaborado pela Presidência da Corte que altera a tabela de vencimentos dos servidores do Judiciário com o reajuste de 6,3% foi aprovado pelo Plenário do TJMA no dia 25 de janeiro. A elaboração do projeto de lei foi possível com a aprovação do Orçamento 2017 - R\$ 1,2 bilhão - para o Judiciário maranhense e de emenda orçamentária solicitada pelo TJMA - R\$ 22 milhões -, após cortes na proposta de orçamento enviada originalmente.

Assessoria de Comunicação do TJMA

Corregedoria de Justiça realizará mais de 200 sessões na Semana Nacional do Júri para julgar presos provisórios

03/02/2017 19:12:26

Medida visa reduzir número de presos provisórios custodiados no Estado

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, anunciou durante a sessão plenária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) desta quarta-feira (1º), a realização da Semana Estadual do Júri, para o julgamento de processos com réus presos provisoriamente. A expectativa é de que sejam realizadas mais de 200 sessões em todo o Estado no período de 27 a 31 de março e de 03 a 07 de abril.

A corregedora justificou a medida ressaltando a quantidade razoável de réus presos e já pronunciados, mas não julgados, conforme dados colhidos no sistema de gerenciamento de processos da Justiça de 1º grau. "Em razão dessa realidade solicitamos às unidades judiciais que se encaixem nestas condições, e procedam à designação de sessões do Tribunal do Júri no período", afirmou a corregedora.

A ação foi elogiada por diversos desembargadores, dentre eles, Froz Sobrinho e José Bernardo Rodrigues, que consideraram a medida importante frente aos desafios que se colocam para a Justiça maranhense já neste início de ano.

Na Semana Estadual do Júri, que ocorrerá em dois momentos, as unidades judiciais de todo o Estado com maior quantidade de processos deverão julgar os presos provisórios já pronunciados nas ações que envolvam crimes contra a vida.

Em todo o Maranhão, 590 processos de competência do Tribunal do Júri com presos provisórios aguardam julgamento. O levantamento foi realizado no mês de janeiro por determinação da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), para a elaboração de ações, ao longo do ano, de melhoria na eficácia da prestação jurisdicional e do Sistema Prisional do Estado.

"Apoiando o trabalho dos juízes de todo o Estado, estamos enfrentando o problema, para reduzirmos, em primeiro lugar, as possibilidades de violação do direito fundamental à liberdade", avaliou a corregedora.

De acordo com o site CONJUR, cerca de 40% das pessoas presas no Brasil ainda não foram julgadas, o que corresponde a cerca de 250 mil presos provisórios.

PRONÚNCIA - Prevista no artigo 408 do Código de Processo Penal, a pronúncia é a decisão judicial que julga admissível a acusação de culpa e reconhece a ocorrência de seus pressupostos. Encerra a primeira fase do rito especial do júri, e envia o réu ao julgamento pelos jurados, que formam o Conselho de Sentença.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

Câmara de Pinheiro aprova lei que foi declarada inconstitucional pelo TJ-MA

Parlamento pinheirense aprovou projeto que autoriza Executivo a contratar funcionários temporários sem analisar constitucionalidade.

Vereadores aprovam projeto que Tribunal de Justiça do Maranhão já declarou ser inconstitucional.

Um projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal de Pinheiro, na manhã da última quinta-feira (26), pode ser questionado a qualquer momento na justiça. É que a proposta que autoriza o prefeito Luciano Genésio (PP) a contratar quase dois mil funcionários temporários em diversas áreas, apreciada inclusive, em sessão extraordinária, foi aprovada sem análise de constitucionalidade da matéria.

O Artigo 37 da Constituição Federal estabelece o concurso público como meio de ingresso para o serviço público. Mas pelo projeto encaminhado pelo Executivo para aprovação do Legislativo, o município fica autorizado a contratar 1.980 funcionários temporários distribuídos em diversas áreas; No entanto, os servidores temporários são contratados sem passar pelo processo de concurso ou seletivo.

As contratações devem ser realizadas por indicação de políticos e até dos próprios vereadores da base aliada, que votaram pela aprovação da lei inconstitucional. De acordo com as informações, no rateio de vagas, cada parlamentar terá direito a indicar 150 pessoas para serem contratadas.

- >> **Prefeitura de Pinheiro mantém contrato com empresa acusada furto de medicamentos**
- >> **Mesmo em 'emergência', Luciano Genésio contrata bandas para festa em Pinheiro**
- >> **Após decretar emergência, Luciano Genésio contrata empresa com endereço de outra**
- >> **"Decreto de emergência legaliza débitos de campanha", denuncia ex-prefeito de Pinheiro**
- >> **Pinheiro decreta 'emergência' para contratar empresa acusada de receptação de medicamentos roubados**
- >> **Documento contradiz motivos citados por prefeito de Pinheiro em decreto de emergência**
- >> **Decreto de emergência vira farra sem licitação em Pinheiro**

TJ-MA JÁ JULGOU CASO PARECIDO

Em outubro de 2015, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), durante sessão jurisdicional, declarou a inconstitucionalidade da Lei N° 211/2013, do município de Raposa, que dispôs sobre a contratação temporária de 258 servidores, sob a justificativa de atender "a excepcional interesse público". A decisão preserva os contratos já existentes, que deverão ser extintos no prazo improrrogável de 12 meses, com a exoneração dos servidores.

Na época, a ação foi proposta pelo Ministério Público Estadual (MPMA), afirmando que a lei estaria afrontando dispositivos das Constituições Federal e Estadual, já que não atenderia os critérios de excepcionalidade e temporariedade nas contratações. Segundo o MPMA, a lei preveria apenas as contratações e omitiria seu término, limitando-se a afirmar que seriam extintas quando não houvesse mais interesse, seguindo critérios de oportunidade e

conveniência.

Assim como em Pinheiro, no municio da Raposa lei preveria apenas as contratações e omitiria seu término.

O município alegou que a lei foi editada à época de transição da gestão, quando existiam 258 cargos vagos para exercício de atividades cuja paralisação poderia causar grave prejuízo ao município, sendo que a realização de concurso geraria gastos e seria inviável naquele momento.

O relator, desembargador Joaquim Figueiredo, ressaltou que a Constituição permite a contratação em casos excepcionais - sendo a regra a realização de concurso público -, sempre seguindo critérios de excepcionalidade do interesse público e não permanência do serviço. Segundo o magistrado, esses critérios não foram respeitados na lei impugnada, que autorizou a contratação em áreas como saúde e educação, possuindo, na verdade, natureza permanente e continuada.

O magistrado observou que a norma estabeleceu hipóteses genéricas de contratação, sem definir a imprevisibilidade e condicionalidade emergencial a darem causa à necessidade da contratação. “As funções dispostas em todos os artigos da norma são de natureza permanente e continuada e a edição de norma de contratação temporária se reverte em burla ao necessário concurso público”, avaliou. (**Ação: 249252013**).

Justiça condena envolvidos na morte do advogado Bruno Matos

Postado em [3 de fevereiro de 2017](#) por [Cristiana França](#)

Após 19 horas de julgamento, a Justiça decidiu condenar na madrugada desta sexta-feira (3) no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, os três acusados de matar o advogado Bruno Matos, na madrugada do dia 06 de Outubro de 2014.

Os réus Carlos Humberto Marão Filho, Diego Henrique Marão Polary e João José Nascimento Gomes foram considerados culpados e condenados a 19 anos de prisão pela morte do advogado Bruno Matos e também pela tentativa de homicídio de Alexandre Matos, irmão dele, e Kelvin Kim Chiang, amigo do advogado morto.

Segundo a decisão judicial, Diego Polary foi responsabilizado por ter sido o autor das facadas que levaram o Bruno a morte e foi condenado a oito anos de prisão, Carlos Humberto Marão por participação no homicídio e nas tentativas de homicídio foi condenado a seis anos de reclusão e João José, que era o vigilante da rua na ocasião do crime, foi condenado a um ano de detenção.

Os acusados deverão recorrer das decisões em liberdade porque o resultado dessas penas ainda serão transitados e julgados.

G1 Maranhão

Diego Polary é condenado a 8 anos de prisão pela morte de Bruno Matos

03/02/2017 15:33:10

O engenheiro civil Diego Polary, o bacharel em hotelaria Carlos Marão e o vigilante João Gomes foram condenados na madrugada desta sexta-feira (3), pela morte do advogado Bruno Matos e tentativa de homicídio de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

O resultado saiu após mais de 17 horas de julgamento por volta das 3h da manhã. 13 testemunhas foram ouvidas, três réus escutados, além de uma longa arguição do Ministério Público e da assistência de acusação, assim como da banca dos advogados de defesa.

Diego Polary foi condenado a oito anos de prisão, por ser o responsável pelo assassinato do advogado Bruno Matos, assim como a tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

Carlos Marão a seis anos por participação no homicídio do advogado Bruno Matos e da tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

João Gomes a um ano de detenção por lesão corporal e sua pena deve ser convertida em trabalho comunitário por ser réu primário.

Todos os condenados vão recorrer da decisão em liberdade.

Acusados da morte de advogado são julgados em São Luís

02/02/2017 21:32:26

SÃO LUÍS - Segue o julgamento dos acusados do assassinato do advogado Bruno Matos. Carlos Humberto Marão Filho, Diego Henrique Marão Polary e João José Nascimento Gomes também são acusados pela tentativa de homicídio de Alexandre Matos e Kelvin Kim Chiang. O crime ocorreu na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, no bairro do Olho d'Água, em São Luís. O julgamento acontece no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

Já foram ouvidos os três acusados, o delegado do caso (Márcio Fábio Dominici), um perito, duas vítimas e duas testemunhas de defesa, além de um dos policiais que foram ao local no dia do crime. Oito pessoas ainda precisam ser ouvidas e essa oitiva deve passar da meia noite.

O Ministério Público afirma que o homicídio e as duas tentativas de homicídio aconteceram após uma briga, que ocorreu próxima à casa do acusado Marão Filho. Bruno Matos morreu após golpes de faca, Alexandre Matos e Kelvin Chiang também foram feridos na ocasião.

Segundo o MP, Diego Polary é o autor da prática do crime de homicídio e tentativa de homicídio contra Alexandre Matos. Já Carlos Marão Filho, é acusado de suposta participação na morte do advogado e o vigilante João José Nascimento Gomes pela suposta prática de homicídio do advogado e tentativa de homicídio contra Kelvin Chiang.

O advogado de João José Nascimento afirma que ele agiu em legítima defesa. "Estou confiante que os jurados acatem a nossa tese, que é uma tese de autodefesa, do próprio João. É aqui possa, realmente, ser feita justiça", disse Marcos Patrício Monteiro, que é defensor público.

Já os advogados de Diego Polary defendem a tese de que o acusado sequer estava no local do crime. "Diego não estava lá. O que nós vamos fazer hoje é explicar porque o nome do Diego veio, injustamente, parar neste caso", defendeu o advogado Francisco Bernardes.

Presidentes da Famem e TJ discutem alternativas de cobrança dos precatórios aos municípios

03/02/2017 15:29:15

No encontro, também foram tratadas parcerias futuras para orientar os gestores sobre recebimento de tributos

Os presidentes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram, nesta sexta-feira (03), tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses.

O assunto é uma das principais reivindicações dos atuais prefeitos e prefeitas feitas à entidade municipalista. Atualmente, de acordo com o último edital de comunicação emitido pelo TJ, no dia 31 de dezembro de 2016, 134 municípios do estado possuem dívidas de precatórios.

Cleomar Tema, que participou do encontro acompanhado de prefeitos e da assessoria jurídica da Federação, sugeriu ao desembargador que seja estudada uma maneira para que a cobrança não atinja recursos depositados mensalmente nos chamados fundos constitucionais nas áreas da educação, saúde e assistência social.

"Quando o sequestro dos valores da dívida do precatório é executado, qualquer recurso que esteja na conta da prefeitura é retido, inclusive dos Fundos da Saúde, Assistência e Fundeb. Nossa ideia é de que essa retenção ocorra somente nos recursos oriundos do FPM", explicou o prefeito.

Exigência legal

Cleones Cunha explicou que a cobrança da dívida é uma exigência legal e que, constantemente, o Conselho Nacional de Justiça realiza inspeções com o objetivo de verificar se os Tribunais de Justiça do país estão, ou não, cumprindo a lei.

O desembargador avaliou como interessante a proposta do presidente da FAMEM e determinou que a coordenação de precatórios do Tribunal, juntamente com a assessoria jurídica da entidade, aprofundem os estudos.

Também propôs a Tema, o que foi prontamente aceito, uma parceria institucional entre o Poder Judiciário e a Federação para orientar os gestores a procurarem o Tribunal para negociar o pagamento dos precatórios.

"O que ocorre na maioria das situações é o gestor não adotar nenhuma medida, como o parcelamento da dívida.

Esse gestor pode e deve procurar o Tribunal para buscar uma alternativa que evite o bloqueio dos recursos", disse o desembargador.

Parcerias

Durante o encontro, também foram tratadas parcerias futuras para orientar os gestores sobre recebimento de tributos e implantação, nos municípios, de plataformas digitais que permitam agilizar serviços no setor da assistência social.

Estiveram presentes na reunião os prefeitos Djalma Melo (Arari), Rodrigues da Iara (Nina Rodrigues) e Professora Vanderli (Anapurus).

O post [Presidentes da Famem e TJ discutem alternativas de cobrança dos precatórios aos municípios](#) apareceu primeiro em [Daniel Matos](#).

"Não deram uma pena, mas um leve castigo", dispara pai de Brunno Matos sobre condenação de Diego Polary

03/02/2017 13:16:06

O pai do advogado Brunno Matos, Rubem Soares, não se conteve com o resultado do júri popular dos réus Diego Polary, Carlos Marão e João Gomes. Revoltado com a sentença, Rubem declarou: "não deram uma pena, mas um leve castigo, isso é uma brincadeira".

O administrador de empresas informou que não se contentou com o resultado e vai avaliar com os advogados quais medidas ainda podem ser tomadas.

As declarações foram dadas no programa Clube Capital do radialista Frank Matos na rádio Capital AM 1180.

Rubem Soares afirma ter ficado abismado com os argumentos apresentados pela defesa de Diego Polary, assim como elementos levados pela plateia como o uso de uma camisa do filho de Diego Polary.

O pai de Brunno Matos revelou que a dor não foi amenizada com a condenação e espera uma revisão da pena.

O post ["Não deram uma pena, mas um leve castigo", dispara pai de Brunno Matos sobre condenação de Diego Polary](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

Assassinos de Brunno Matos são condenados

author photo Editores e Frederico Luiz Maciel 2/03/2017 04:31:00 AM

Carlos Marão, Diego Polary e João Gomes foram condenados na madrugada de hoje, sexta-feira, 03 de fevereiro, pelo assassinato do advogado Brunno Matos e por lesão corporal em Alexandre Matos e Kelvin Chiang. O crime aconteceu no dia 6 de outubro de 2014 e comoveu a capital do Maranhão, São Luís. Veja nos links desta página, as circunstâncias desta tragédia.

Filho do DJ Polary, Diego Polary foi condenado a oito anos de prisão e recorreu da pena após a sentença e está em liberdade. Carlos Marão, que morava na casa vizinha ao crime, foi sentenciado a seis anos e também recorre em liberdade. O vigilante João Gomes foi condenado por lesão corporal a 1 ano, pena que pode ser comutada em trabalho comunitário.

Uma fonte garantiu ao Direto da Aldeia que a família do advogado Brunno Matos está revoltada com o resultado do julgamento. Considera as penas bastante leves e que os condenados podem recorrer em liberdade.

Advogado Brunno Matos comemorava a vitória de Roberto Rocha no bairro Olho D'Água quando foi assassinado por Diego Polary. A foto é da reconstituição do crime. Foto: O Imparcial

Caso Bruno: Diego Polary é condenado a 8 anos de prisão

03/02/2017 10:56:10

Os três réus foram condenados, mas vão recorrer em liberdade

Do MA10 - Os três acusados da morte do advogado Brunno Matos, assassinado em outubro de 2014 após discussão em uma festa na foram condenados pelo Juri Popular. O julgamento realizado pelo 2º Tribunal do Júri resultou na condenação de o Carlos Humberto Marão Filho, Diego Henrique Marão Polary e João José Nascimento Gomes. Diego Polary foi condenado a oito anos, Cláudio Marão pegou uma pena de seis anos e João José Nascimento Gomes foi sentenciado a um ano de prisão.

Os condenados devem responder em liberdade, até o o julgamento do recurso em segunda instância que será feito pelo Tribunal de Justiça. Caso o TJ mantenha a condenação eles devem iniciar o cumprimento da pena. Os três réus foram sentenciados pelo Tribunal do Juri pelo homicídio e as duas tentativas de homicídio - contra o irmão de Brunno, Alexandre Matos, e do amigo Kelvin Kim Chiang - resultaram de uma discussão, decorrente de quebra de retrovisores de alguns veículos que estariam obstruindo o acesso à garagem da residência do acusado Marão Filho, localizada na Rua dos Magistrados, no bairro do Olho d'Água.

O advogado Brunno Matos, de 29 anos, foi assassinado a facadas na madrugada do dia 6 de outubro de 2014. Alexandre Matos e Klevin Chiang também foram feridos com arma branca.

Assembleia deverá votar reajuste do Judiciário na próxima segunda-feira

03/02/2017 01:38:56

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, entregou ao presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado estadual Humberto Coutinho, o Projeto de Lei para implantação da nova tabela de vencimentos dos servidores efetivos do Judiciário maranhense.

O documento foi entregue logo após a sessão solene nesta quinta-feira (02), que deu início aos trabalhos parlamentares da Casa de 2017. O deputado estadual Fábio Braga (SD) informou ao presidente do TJMA que já solicitou em requerimento de urgência para que o projeto entre na pauta da próxima segunda-feira (06).

"É um momento importante entregar esse projeto para aprovação da Assembleia e poder, finalmente, implantar o reajuste de 6,3% tanto almejado pelos servidores e batalhado por nós nas tratativas ao longo de todo o ano de 2016", declarou o presidente Cleones Cunha, após a entrega.

O Projeto de Lei elaborado pela Presidência da Corte que altera a tabela de vencimentos dos servidores do Judiciário com o reajuste de 6,3% foi aprovado pelo Plenário do TJMA no dia 25 de janeiro. A elaboração do projeto de lei foi possível com a aprovação do Orçamento 2017 - R\$ 1,2 bilhão - para o Judiciário maranhense e de emenda orçamentária solicitada pelo TJMA - R\$ 22 milhões -, após cortes na proposta de orçamento enviada originalmente.

Diego Polary, Carlos Marão e João Gomes são condenados pela morte do advogado Bruno Matos

03/02/2017 08:38:41

O engenheiro civil Diego Polary, o bacharel em hotelaria Carlos Marão e o vigilante João Gomes foram condenados na madrugada desta sexta-feira (3), pela morte do advogado Bruno Matos e tentativa de homicídio de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

O resultado saiu após mais de 17 horas de julgamento por volta das 3h da manhã. 13 testemunhas foram ouvidas, três réus escutados, além de uma longa arguição do Ministério Público e da assistência de acusação, assim como da banca dos advogados de defesa.

Diego Polary foi condenado a oito anos de prisão, por ser o responsável pelo assassinato do advogado Bruno Matos, assim como a tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

Carlos Marão a seis anos por participação no homicídio do advogado Bruno Matos e da tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

João Gomes a um ano de detenção por lesão corporal e sua pena deve ser convertida em trabalho comunitário por ser réu primário.

Todos os condenados vão recorrer da decisão em liberdade.

Do blog Diego Emir

Júri condena matadores de Brunno Matos, mas juiz aplica penas leves

03/02/2017 09:57:44

Arquivo pessoal, em vida: A vítima fatal
Brunno Matos com o irmão Alexandre,
gravemente ferido pelos acusados, e o seu pai,
Rubens Soares

Impunidade! Esse foi o sentimento geral – principalmente de familiares – com o resultado do júri popular sobre o assassinato do jovem e promissor advogado Brunno Matos, de 29 anos, e tentativa de homicídios contra seu irmão Alexandre Matos, e o amigo Kelvin Kim Chiang, em outubro de 2014,

O julgamento começou as 8,30 de ontem (2) e terminou à madrugada de hoje, depois de quase 18 horas de depoimentos dos envolvidos e testemunhas, além da atuação do Ministério Público e dos advogados de defesa dos assassinos.

A sessão de julgamento foi presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto de Moura Lima, que arbitrou a pena, no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, que ficou completamente lotado por parentes das vítimas e acusados, universitários de Direito, advogados e curiosos. Atuaram na acusação o promotor de justiça Rodolfo Soares dos Reis, com os assistentes da acusação advogados Meihem Ibrahim Saad Neto e Rafael Moreira Sauaia. A defesa dos acusados ficou a cargo do defensor público Marcus Patrício Soares Monteiro e os advogados Ítalo Leite e Benevenuto Serejo.

O corpo de jurados fez a sua parte. Votou pela condenação dos três acusados. Mas a pena decretada foi considerada muito branda para a dimensão e a repercussão dos crimes: Diego Henrique Polary condenado a 8 anos de prisão; seu tio Carlos Humberto Marão Filho a 6 anos/ e o vigia João José Nascimento Gomes a 1 ano de reclusão.

A opinião geral é que o juiz Gilberto de Moura Lima, que presidiu o júri e arbitrou a sentença, deve explicações à sociedade sobre os atenuantes que usou para aplicar penas tão brandas aos autores da morte do advogado Bruno Matos e tentativa de homicídio contra seu irmão Alexandre e o amigo Kelvin.

Mesmo com toda essa moleza, os condenados devem responder em liberdade, até o o julgamento do recurso em segunda instância que será feito ao Tribunal de Justiça pelos seus advogados. Caso o TJ mantenha a condenação, eles devem iniciar o cumprimento da pena. Mas a família de Brunno Matos também manifestou a intenção de recorrer contra o resultado.

Os três réus foram sentenciados pelo Tribunal do Juri pelo homicídio de Bruno Matos e duas tentativas de homicídio contra seu irmão, Alexandre Matos, e o amigo Kelvin Kim Chiang. Os crimes resultaram de uma discussão, decorrente de quebra de retrovisores de alguns veículos que estariam obstruindo o acesso à garagem da residência do acusado Marão Filho, localizada na Rua dos Magistrados, no bairro do Olho D'Água.

O advogado Bruno Matos, de 29 anos, foi assassinado a facadas na madrugada do dia 6 de outubro de 2014. Alexandre Matos e Kelvin Chiang também foram feridos com arma branca.

TJMA e Famem discutem pagamentos de precatórios e dívidas dos municípios

03/02/2017 20:25:58

Reunião no Tribunal de Justiça do Maranhão (Foto: Ribamar Pinheiro)

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones, reuniu-se, nesta sexta-feira (3), com o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Cleomar Tema, e gestores públicos de prefeituras, para discutir soluções referentes às obrigações dos municípios quanto ao pagamento de precatórios.

O desembargador Cleones Cunha destacou que o Judiciário tem conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos municípios. *"O objetivo é encontrar uma forma de efetivar a quitação desses débitos, sem, evidentemente, trazer prejuízos aos municípios. Todos os que têm débitos devem procurar o Tribunal de Justiça e verificar o procedimento a ser adotado para quitação dessas dívidas"*, explicou.

Para o juiz José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do TJMA, a questão envolve praticamente todos os municípios do Maranhão. *"O primeiro passo é orientar os gestores municipais sobre a necessidade de observar a legislação que trata dessas obrigações e colocar o Tribunal de Justiça à disposição daqueles que têm a intenção de adimplir, com uma maior brevidade, os precatórios"*, salientou.

"Os prefeitos têm a oportunidade de se anteciparem, para que o pagamento seja feito da melhor forma possível. Estamos abrindo o diálogo, para que todos tomem ciência de que essas dívidas devem ser quitadas o mais breve possível", frisou.

Propostas

O juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação do TJMA, apresentou várias propostas aos gestores municipais, que foram apreciadas e deverão ser incorporadas no calendário de atividades da Famem.

Os projetos tratam de parceria entre o Judiciário e os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) para execução de trabalho relacionado a famílias em conflito, com a realização de oficinas de parentalidade e de desenvolvimento de plataformas digitais para resolução de conflitos nos municípios.

O post [TJMA e Famem discutem pagamentos de precatórios e dívidas dos municípios](#) apareceu primeiro em [Blog do Minard](#).

Julgados pela morte de Brunno Matos são condenados a 19 anos de prisão

03/02/2017 08:20:39

Brunno Matos foi morto a facadas em 2014

Após mais de 12 horas de julgamento no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, os três acusados de matar o advogado Brunno Eduardo Matos, foram condenados em sentença divulgada na madrugada desta sexta-feira (3). O crime ocorreu no dia 6 de outubro de 2014.

Os réus Carlos Humberto Marão Filho, Diego Henrique Marão Polary e João José Nascimento Gomes foram considerados culpados e condenados a 19 anos de prisão pela a morte do advogado Brunno Matos e também pela tentativa de homicídio de Alexandre Matos, irmão dele, e Kelvin Kim Chiang, amigo do advogado morto.

Segundo a decisão judicial, Diego Polary foi responsabilizado por ter sido o autor das facadas que levaram o Brunno a morte e foi condenado a oito anos de prisão, Carlos Humberto Marão por participação no homicídio e nas tentativas de homicídio foi condenado a seis anos de reclusão e João José, que era o vigilante da rua na ocasião do crime, foi condenado a um ano de detenção.

Os acusados deverão recorrer das decisões em liberdade porque o resultado dessas penas ainda serão transitados e julgados.

Entenda o caso

O advogado Brunno Eduardo Soares Matos, de 29 anos, foi assassinado a facadas na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, após a festa de comemoração do senador eleito Roberto Rocha (PSB), realizada no comitê de campanha do candidato, no bairro Olho-d'Água, em São Luís.

O irmão dele, Alexandre Soares Matos, e o amigo Kelvin Kim Chiang, também foram feridos. Segundo informações da polícia, o crime teria sido resultado de uma discussão por causa do som alto da festa.

Inicialmente, Carlos Humberto Marão Filho, de 38 anos, foi apontado como principal suspeito do crime. No dia 16 de outubro, o vigilante João José Nascimento Gomes assumiu a autoria do assassinato. À polícia, ele disse que não lembra a ordem dos fatos, mas que foi ele quem desferiu os golpes de faca nas vítimas. No dia 21 de outubro o vigilante foi até a sede da Ordem dos Advogados do Brasil da seccional do Maranhão (OAB-MA) e negou toda a autoria do crime.

Ele disse que foi coagido por um advogado a assumir a autoria do crime e ainda que teria recebido a quantia de

R\$ 4,9 mil para declarar-se culpado.

Do **G1 MA**

O post [Julgados pela morte de Brunno Matos são condenados a 19 anos de prisão](#) apareceu primeiro em [Blog do Minard](#).

Tribunal do Júri condena acusados pelo assassinato de Brunno Matos e fixa penas

Brunno Matos foi morto a facadas em 2014

Após quase 19 horas de julgamento, o Corpo de Jurados da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís decidiu, na madrugada dessa sexta-feira (03), pela culpabilidade dos acusados Diego Henrique Marão Polary e Carlos Humberto Marão Filho. O primeiro foi condenado a 8 anos de reclusão, pela morte do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e tentativa de homicídio do irmão dele, Alexandre Matos. O segundo, a 6 anos de reclusão, por participação no homicídio. Em relação ao terceiro acusado, o vigilante João José Nascimento Gomes, houve a desclassificação para lesão corporal e ele foi condenado à pena de 01 ano de detenção.

Atuaram na defesa de Diego Polary os advogados paulistas Yuri Félix, Francisco de Paula Bernardes e Diego Rego Moliterno. Eles defenderam a tese de negativa de autoria, sustentando que o acusado estava dormindo em sua residência no momento em que o crime fora cometido. A defesa de Carlos Humberto Marão Filho foi feita pelo advogado Ítalo Leite, que também adotou a tese de negativa de autoria, enquanto o vigilante João José Nascimento Gomes foi representado pelo defensor público Marcus Patrício Soares Monteiro.

Na acusação atuou o promotor de justiça Rodolfo Soares dos Reis, auxiliado pelos advogados Meihem Ibrahim Saad Neto e Rafael Moreira. Com base no depoimento de testemunhas e das vítimas e de laudos periciais, eles procuraram demonstrar que Diego Polary fora o autor do crime, contando com a participação de Carlos Marão Filho. O juiz Gilberto Lima Moura, titular da 2ª Vara do Júri de São Luís, após divulgar a decisão dos jurados e fixar as penas dos acusados, informou que, em face dos bons antecedentes, eles poderão recorrer do resultado do julgamento em liberdade.

Na denúncia do Ministério Público consta que o homicídio e as duas tentativas de homicídio foram resultado de uma discussão, decorrente de quebra de retrovisores de alguns veículos que estariam obstruindo o acesso à garagem da residência do acusado Marão Filho, localizada na Rua dos Magistrados, no bairro do Olho d'Água. Brunno Matos foi morto a golpe de faca. Alexandre Matos e Klevin Chiang também foram feridos com arma branca.

Carlos Marão Filho foi pronunciado pela suposta participação na morte do advogado Brunno Matos; o vigilante João José Nascimento Gomes, pela suposta prática de homicídio do advogado e tentativa de homicídio contra Kelvin Chiang; e Diego Polary, pela suposta prática de crime de homicídio de Brunno Matos e tentativa de homicídio contra Alexandre Matos.

O crime - conforme a denúncia feita pelo promotor de justiça Agamenon Batista de Almeida Júnior, a discussão iniciou após o advogado Brunno Matos tomar satisfação com Marão Filho acerca do dano que esse teria causado no seu veículo. Ambos teriam ido às vias de fato, situação que atraiu para o local as vítimas Alexandre Matos, Kelvin Kim Chiang e a testemunha Wesley Carvalho, no intuito de defenderem o advogado, resultando no envolvimento deles na briga.

Segundo se depreende da denúncia, no momento das agressões mútuas, chegou ao local o vigilante João José Nascimento, que partiu para cima das vítimas com a intenção de defender Marão Filho que continuou com as agressões mesmo após os rapazes terem sido esfaqueadas. Dessa briga generalizada, Brunno Matos faleceu e Alexandre Matos e Kelvin Chiang sobreviveram após serem submetidos a intervenções cirúrgicas. (*Fonte: TJMA*)

Diego Polary é condenado a 8 anos de prisão

03/02/2017 09:07:12

O Estado

Terminou, por volta das 3h desta sexta-feira (3), o julgamento dos três acusados do assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares, que tinha 27 anos, e da tentativa de homicídio do irmão dele, Alexandre Matos, 27 anos; e do amigo Kelvin Kim Chiang, de 28 anos.

Diego Henrique Marão Polary, de 23 anos, foi condenado a cumprir oito anos de prisão, sendo seis pelo homicídio do advogado Brunno Matos e dois pela tentativa de assassinato que teve como vítima Alexandre Matos; Carlos Marão Filho, de 40 anos, terá de cumprir pena de seis anos de prisão pela participação no assassinato do advogado; já o vigilante João José Nascimento Gomes, de 46, recebeu pena de um ano de prisão pela participação na morte do advogado e tentativa de homicídio contra Kelvin Chiang.

A sessão de júri ocorreu no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, e foi presidida pelo juiz da titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto Moura. Ainda contou com o promotor de Justiça de acusação, Rodolfo Reis, e a defesa dos acusados ficou a cargo dos advogados Ítalo Leite, Yuri Felix, Francisco Bernardes Júnior, Diego Rego e do defensor público Marcus Patrício Soares.

Crimes

Os crimes aconteceram após festa de comemoração pela eleição de Roberto Rocha (PSB), para senador, na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, em uma residência no bairro do Olho d'Água.

Segundo a denúncia feita pelo Ministério Público, o assassinato e as duas tentativas de homicídio foram resultado de uma discussão em virtude de quebra de retrovisores de alguns veículos que supostamente estariam obstruindo o acesso à garagem da residência do acusado Marão Filho. Brunno Matos foi morto a golpes de faca; Alexandre Matos e Kelvin Chiang também foram golpeados por uma arma branca.

Presidentes da FAMEM e TJ discutem alternativas de cobrança dos precatórios aos municípios

03/02/2017 16:06:38

Os presidentes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram, nesta sexta-feira (03), tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses.

O assunto é uma das principais reivindicações dos atuais prefeitos e prefeitas feitas à entidade municipalista. Atualmente, de acordo com o último edital de comunicação emitido pelo TJ, no dia 31 de dezembro de 2016, 134 municípios do estado possuem dívidas de precatórios.

Cleomar Tema, que participou do encontro acompanhado de prefeitos e da assessoria jurídica da Federação, sugeriu ao desembargador que seja estudada uma maneira para que a cobrança não atinja recursos depositados mensalmente nos chamados fundos constitucionais nas áreas da educação, saúde e assistência social.

"Quando o sequestro dos valores da dívida do precatório é executado, qualquer recurso que esteja na conta da prefeitura é retido, inclusive dos Fundos da Saúde, Assistência e Fundeb. Nossa ideia é de que essa retenção ocorra somente nos recursos oriundos do FPM", explicou o prefeito.

Cleones Cunha explicou que a cobrança da dívida é uma exigência legal e que, constantemente, o Conselho Nacional de Justiça realiza inspeções com o objetivo de verificar se os Tribunais de Justiça do país estão, ou não, cumprindo a lei.

O desembargador avaliou como interessante a proposta do presidente da FAMEM e determinou que a coordenação de precatórios do Tribunal, juntamente com a assessoria jurídica da entidade, aprofundem os estudos.

Também propôs a Tema, o que foi prontamente aceito, uma parceria institucional entre o Poder Judiciário e a Federação para orientar os gestores a procurarem o Tribunal para negociar o pagamento dos precatórios.

"O que ocorre na maioria das situações é o gestor não adotar nenhuma medida, como o parcelamento da dívida. Esse gestor pode e deve procurar o Tribunal para buscar uma alternativa que evite o bloqueio dos recursos", disse o desembargador.

Durante o encontro, também foram tratadas parcerias futuras para orientar os gestores sobre recebimento de tributos e implantação, nos municípios, de plataformas digitais que permitam agilizar serviços no setor da assistência social.

Estiveram presentes na reunião os prefeitos Djalma Melo (Arari), Rodrigues da Iara (Nina Rodrigues) e Professora Vanderli (Anapurus).

Quem está 'amarrando' o julgamento de Gláucio e dos outros acusados pelo morte de Décio?

03/02/2017 10:30:27

"Forças misteriosas" atuam nas sombras do judiciário maranhense em favor do principal mandante do assassinato do jornalista Décio Sá, que vai completar cinco anos, em abril.

Mandante da morte de Décio Sá, Gláucio nunca teve julgamento marcado...

A condenação mesma que branda dos acusados de assassinar o advogado Bruno Matos - morto na madrugada do dia 06 de outubro de 2014, no bairro Olho d'Água - faz remeter a outro crime que repercutiu em todo o Brasil: a execução do jornalista Décio Sá, ocorrido na noite do dia 23 de abril de 2012, em um bar na avenida Litorânea, orla de São Luís.

Enquanto o julgamento do caso Bruno Mattos foi concluído nesta sexta-feira (03) após dois anos do assassinato do advogado, os acusados de mandar executar o jornalista Décio Sá nunca foram a julgamento. O caso está "amarrado" na justiça maranhense e vai completar cinco anos no mês de abril deste ano.

Estamos tratando do mesmo judiciário, que em pouco mais de dois anos julga e condena um crime de grande repercussão, enquanto amarra por outros cinco longos anos o caso Décio???

A comparação de julgamento entre os assassinatos não deixam qualquer dúvida: forças misteriosas atuam nas sombras do judiciário maranhense em favor de Gláucio Alencar Pontes Carvalho, denunciado como líder da organização criminosa que atuou no assassinato de Décio.

O jornalista da editoria de Política do jornal 'O Estado', Aldenísio Décio Leite de Sá, o 'Décio Sá', de 42 anos, blogueiro mais lido do Maranhão, na época, foi alvejado com seis tiros de pistola "ponto 40".

De lá pra cá, apenas dois, dos 12 denunciados, foram à julgamento e condenados: Jhonathan de Sousa Silva - réu confesso - foi o responsável pelos disparos de arma de fogo desferidos contra o jornalista, condenado a 25 anos e três meses de prisão em regime fechado; E Marcos Bruno Silva de Oliveira, conhecido como 'Amaral', apontado como aquele que deu fuga ao assassino confesso, teve a sentença mantida, em 18 anos e três meses de reclusão, em abril de 2016.

Dos 12, apenas dois foram julgados:
Jhonathan, autor dos disparos, pegou 25 anos em regime fechado; E 'Amaral', "piloto de fuga" 18 anos.

1 - Shirliano Graciano de Oliveira: recorre em segundo grau. Ao analisar os recursos, a 2ª Câmara Criminal do TJ-MA declarou nula a pronúncia contra ele;

2 - Elker Farias Veloso: recorre em segundo grau. O colegiado decidiu pela anulação desde o oferecimento da denúncia, por ausência de individualização de sua conduta. Ele se encontra preso em Minas Gerais, respondendo por outro crime.

3 - Fábio Aurélio do Lago e Silva ('Bochecha'): recorre em segundo grau. Ao analisar os recursos, a 2ª Câmara Criminal do TJ-MA declarou nula a pronúncia contra ele. Responde m liberdade.

4 - Fábio Aurélio Saraiva Silva ('Fábio Capita', capitão da Polícia Militar): recorre em segundo grau. Ao analisar os recursos, a 2ª Câmara Criminal do TJ-MA declarou nula a pronúncia contra ele. Responde m liberdade.

5 - Alcides Nunes da Silva (policial civil): recorre em segundo grau. Ao analisar os recursos, a 2ª Câmara Criminal do TJ-MA declarou nula a pronúncia contra ele. Responde m liberdade.

6 - Joel Durans Medeiros (policial civil): recorre em segundo grau. Ao analisar os recursos, a 2ª Câmara Criminal do TJ-MA declarou nula a pronúncia contra ele. Responde m liberdade.

7 - José de Alencar Miranda Carvalho (pai de Gláucio): denunciado como responsável pela operacionalização das cobranças que eram efetuadas no interior do Maranhão e como a pessoa responsável pelas ameaças contra aqueles que quisessem dificultar o trabalho da organização ou impedir a sua atuação. Cumpre prisão domiciliar devido a problemas de saúde e recorre em segundo grau.

8 - José Raimundo Sales Chaves Júnior ('Júnior Bolinha'): denunciado como a pessoa encarregada de intermediar junto ao pistoleiro Jhonathan, acomodar este em uma residência no Parque dos Nobres e efetuar os pagamentos pelas empreitadas de morte de Fábio Brasil e Décio Sá. Ele recorre, por meio de embargos declaratórios, em segundo grau. Cumpre pena no Presídio São Luís I (PSL I), no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís;

9 - Gláucio Alencar Pontes Carvalho: foi denunciado como líder da organização criminosa. A ele são atribuídas, além de outros crimes, as mortes do empresário Fábio Brasil (PI) e do jornalista Décio Sá. Ele recorre em segundo grau. Cumpre pena no Presídio São Luís III (PSL III), no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

10 - Ronaldo Henrique Santos Ribeiro: Denunciado pelo Ministério Público como responsável pelas questões jurídicas relacionadas ao grupo criminoso, com a decisão do juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Osmar Gomes dos Santos, em 17 de outubro de 2013, o advogado se livrou do júri popular. O juiz impronunciou o acusado, por não verificar indícios suficientes que comprovem a autoria ou participação do advogado no crime. O promotor de Justiça responsável pela acusação, Luís Carlos Duarte, nas alegações finais opinou pela impronúncia do acusado, tendo em vista a ausência de indícios suficientes que comprovem a participação do advogado na morte do jornalista.

Por fim, cabe-me, enquanto membro da imprensa e cidadão maranhense, perguntar: Quando os mandatos e participantes na morte de Décio serão julgados?

As forças ocultas do judiciário maranhense sabem responder...

ABSURDO! Como prêmio, condenados pela morte de Bruno Matos responderão em liberdade

03/02/2017 08:57:06

Apesar das penas, todos os condenados responderão em liberdade: Diego Polary oito anos de prisão; Carlos Marão, seis anos; e João Gomes, o vigilante, a um ano de detenção, convertida em trabalho comunitário.

Polary matou Bruno Matos friamente a golpes de facas, com auxílio de Marão e do vigia, João Gomes!

A Justiça maranhense a cada dia fica mais desacreditada. Nas primeiras horas desta sexta-feira (03), os autores do assassinato brutal do advogado Brunno Matos - morto covardemente a facadas na madrugada do dia 06 de outubro de 2014, no bairro Olho d'Água, ganharam como prêmio a liberdade!

Isso mesmo, mesmo condenador, engenheiro civil Diego Polary, o bacharel em hotelaria Carlos Marão e o vigilante João Gomes irão responder em liberdade.

O julgamento começou por volta das 9h da manhã no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto de Moura Lima. O resultado saiu após mais de 17 horas de julgamento por volta das 3h da manhã desta sexta-feira.

Várias testemunhas foram dispensadas, outras 13 ouvidas. Os três réus foram ouvidos, além de uma longa arguição do Ministério Público e da assistência de acusação, assim como da banca dos advogados de defesa.

Bruno foi morto covardemente a golpes de facas por Polary.

Diego Polary - Autor dos golpes que assassinou o advogado, foi condenado a oito anos de prisão, por ser o responsável pelo assassinato do advogado Brunno Matos, assim como a tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

Carlos Marão - Foi condenado seis anos por participação no homicídio do advogado Brunno Matos e da tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

João Gomes - O vigilante, a um ano de detenção por lesão corporal e sua pena deve ser convertida em trabalho comunitário por ser réu primário.

Como disse no inicio do post: Todos os condenados vão recorrer da decisão em liberdade"

Presidentes da FAMEM e TJ discutem alternativas de cobrança dos precatórios aos municípios

03/02/2017 05:00:00

Os presidentes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram, nesta sexta-feira (03), tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses.

O assunto é uma das principais reivindicações dos atuais prefeitos e prefeitas feitas à entidade municipalista. Atualmente, de acordo com o último edital de comunicação emitido pelo TJ, no dia 31 de dezembro de 2016, 134 municípios do estado possuem dívidas de precatórios.

Cleomar Tema, que participou do encontro acompanhado de prefeitos e da assessoria jurídica da Federação, sugeriu ao desembargador que seja estudada uma maneira para que a cobrança não atinja recursos depositados mensalmente nos chamados fundos constitucionais nas áreas da educação, saúde e assistência social.

"Quando o sequestro dos valores da dívida do precatório é executado, qualquer recurso que esteja na conta da prefeitura é retido, inclusive dos Fundos da Saúde, Assistência e Fundeb. Nossa ideia é de que essa retenção ocorra somente nos recursos oriundos do FPM", explicou o prefeito.

Cleones Cunha explicou que a cobrança da dívida é uma exigência legal e que, constantemente, o Conselho Nacional de Justiça realiza inspeções com o objetivo de verificar se os Tribunais de Justiça do país estão, ou não, cumprindo a lei.

O desembargador avaliou como interessante a proposta do presidente da FAMEM e determinou que a coordenação de precatórios do Tribunal, juntamente com a assessoria jurídica da entidade, aprofundem os estudos.

Também propôs a Tema, o que foi prontamente aceito, uma parceria institucional entre o Poder Judiciário e a Federação para orientar os gestores a procurarem o Tribunal para negociar o pagamento dos precatórios.

"O que ocorre na maioria das situações é o gestor não adotar nenhuma medida, como o parcelamento da dívida. Esse gestor pode e deve procurar o Tribunal para buscar uma alternativa que evite o bloqueio dos recursos", disse o desembargador.

Durante o encontro, também foram tratadas parcerias futuras para orientar os gestores sobre recebimento de tributos e implantação, nos municípios, de plataformas digitais que

permitam agilizar serviços no setor da assistência social.

Estiveram presentes na reunião os prefeitos Djalma Melo (Arari), Rodrigues da Iara (Nina Rodrigues) e Professora Vanderli (Anapurus).

STF deve barrar manobra contra Nelma Sarney no TJMA

03/02/2017 14:13:41

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) num caso envolvendo o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) pode ser a garantia da desembargadora Nelma Sarney que, pelas regras atuais, deve ser eleita presidente do TJ do Maranhão no fim deste ano.

Atualmente, a escolha de presidente, vice-presidente e corregedor da Corte estadual é feita entre os três desembargadores mais antigos, vedada a candidatura de quem já houver exercido o cargo de presidente ou qualquer um dos outros dois cargos por quatro anos.

Desde o ano passado, Nelma é apontada como favorita para a presidência, José Joaquim corregedor, e Maria das Graças seguiria na vice-presidência. Mas alguns membros do TJMA – com apoio de juízes – articulam mudança na regra, para permitir que qualquer desembargador entre na disputa.

Seria uma forma de conseguir evitar a vitória da virtual futura presidente ([saiba mais](#)).

O STF, no entanto, entendeu – ao julgar o caso do RJ – que mudanças casuísticas na forma de eleição não são constitucionais. A decisão foi tomada no final do ano passado.

Na ocasião, o plenário do Supremo decidiu declarar inconstitucional o art. 3º da resolução 1/14 do TJRJ, que permitiu desembargador ser novamente eleito para o mesmo cargo diretivo, desde que observado o intervalo de dois mandatos. Com isso, deve ser anulada a eleição do desembargador Luiz Zveiter para a presidência da Corte fluminense, ocorrida na semana passada.

Votaram pela procedência da ADIn proposta pela PGR os ministros Cármen Lúcia, Fux, Barroso, Teori, Rosa Weber, Lewandowski e Gilmar Mendes. O ministro Fuz abriu divergência pela improcedência da ação, sendo acompanhado pelos ministros Toffoli e Marco Aurélio.

Eleição

Zveiter foi eleito para o biênio 2017/18. Foi a segunda eleição dele, que já presidiu a Corte em 2009/10.

O magistrado entrou na disputa amparado numa liminar que dá direito a ele concorrer ao cargo de presidente

pela segunda vez. A liminar é a mesma que também permitiu que o desembargador concorresse há dois anos para o mesmo cargo, quando foi derrotado pelo atual presidente Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.

ADIn

O procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, opinou pela procedência da ação. "É inconstitucional dispositivo de resolução de tribunal de justiça que disponha sobre elegibilidade e causas de inelegibilidade de forma diversa do disposto no art. 102 da Loman."

"O art. 3º da Resolução TJ/TP/RJ 1/2014, ao admitir que os desembargadores do Tribunal de Justiça fluminense possam novamente ser eleitos para os mesmos cargos de direção, após intervalo de dois mandatos, dispôs em sentido diametralmente oposto ao da Loman, no que se refere aos membros elegíveis para tais cargos."

O TJ/RJ chegou a asseverar a inexistência da resolução, portanto, a perda de objeto da ação, tendo em vista a ausência de aprovação por quórum qualificado. Entretanto, a PGR rebateu que a norma foi publicada no Diário Oficial, então ela efetivamente existe. "O fato de ela não ter obtido aprovação é apenas um dos vícios a mais."

Loman

Relatora, a ministra Cármen Lúcia lembrou ainda jurisprudência da Corte que, quanto à eleição dos ocupantes de cargos direcionais, determinou a observância do art. 93 da CF e que sempre fosse respeitado o comando do art. 102 da Loman, que veda a reeleição de magistrado.

Assim, concluiu que ao editar a resolução 1/14, o TJ inovou ao permitir que desembargador pode ser eleito para o mesmo cargo, desde que observado o intervalo de dois mandatos.

Com informações do [Migalhas](#)

Desembargadores agem para barrar Nelma Sarney como presidente do TJ

03/02/2017 07:00:00

Um grupo de desembargadores do Tribunal de Justiça (TJMA) - com o apoio de setores da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) - tem atuado nos bastidores para mudar as regras da eleição para o comando da Corte.

Atualmente, a escolha de presidente, vice-presidente e corregedor é feita entre os três desembargadores mais antigos, vedada a candidatura de quem já houver exercido o cargo de presidente ou qualquer um dos outros dois cargos por quatro anos.

Pela composição atual, estão na disputa os desembargadores José Joaquim, Nelma Sarney e Maria das Graças Duarte, atual vice-presidente.

Desde o ano passado, Nelma é apontada como favorita para a presidência, José Joaquim corregedor, e Maria das Graças seguiria na vice-presidência.

A mudança articulada nos bastidores tem como alvo a presidência.

O objetivo é garantir alteração ao Regimento Interno do TJ para permitir que qualquer desembargador entre na disputa. E, assim, evitar a eleição de Nelma Sarney.

TJ e Famem discutem precatórios e dívidas dos municípios

03/02/2017 18:53:13

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones, reuniu-se, nesta sexta-feira (3), com o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Cleomar Tema, e gestores públicos de prefeituras, para discutir soluções referentes às obrigações dos municípios quanto ao pagamento de precatórios.

O desembargador Cleones Cunha destacou que o Judiciário tem conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos municípios e que o início desse diálogo servirá para que seja encontrada uma solução adequada no que diz respeito ao pagamento de dívidas de precatórios.

"O objetivo é encontrar uma forma de efetivar a quitação desses débitos, sem, evidentemente, trazer prejuízos aos municípios. Todos os que têm débitos devem procurar o Tribunal de Justiça e verificar o procedimento a ser adotado para quitação dessas dívidas", explicou.

Para o juiz José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do TJMA, a questão envolve praticamente todos os municípios do Maranhão. "O primeiro passo é orientar os gestores municipais sobre a necessidade de observar a legislação que trata dessas obrigações e colocar o Tribunal de Justiça à disposição daqueles que têm a intenção de adimplir, com uma maior brevidade, os precatórios", salientou.

O magistrado ressalta que existem municípios que devem valores elevados referentes a precatórios, sendo necessário analisar a situação de cada um, verificando aqueles que podem ter a dívida facilitada pelos regimes especiais criados pela Constituição Federal.

"Os prefeitos têm a oportunidade de se anteciparem, para que o pagamento seja feito da melhor forma possível. Estamos abrindo o diálogo, para que todos tomem ciência de que essas dívidas devem ser quitadas o mais breve possível", frisou.

De acordo com o presidente da Famem, o prefeito de Tuntum, Cleomar Tema - eleito para o biênio 2017/2018 - a partir do que foi acordado durante a reunião, a Famem vai informar e orientar todos os prefeitos sobre as medidas mais urgentes que devem ser adotadas para o pagamento das dívidas de precatórios, principalmente aqueles dos municípios que ainda não tiveram bloqueio em conta.

"Vamos orientar os prefeitos a se dirigirem ao Tribunal e apresentarem uma proposta para encontrar uma solução definitiva, antes que o bloqueio em conta seja efetivado", enfatizou.

Durante a reunião, o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação do TJMA, apresentou várias propostas aos gestores municipais, que foram apreciadas e deverão ser incorporadas no calendário de atividades da Famem.

Os projetos tratam de parceria entre o Judiciário e os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) para execução de trabalho relacionado a famílias em conflito, com a realização de oficinas de parentalidade e de desenvolvimento de plataformas digitais para resolução de conflitos nos municípios.

TJ mantém para hoje eleição para presidente da Câmara de Bacabal

03/02/2017 16:52:52

A Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão negou recurso interposto por César Brito (PPS) e Professor Maninho (PRB) e decidiu manter para hoje (3), a partir das 19h, a nova eleição para a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bacabal.

O voto que definiu o caso - após agravo protocolado pelos dois vereadores eleitos - foi do desembargador Marcelo Carvalho (*foto acima*).

Brito e Maninho pretendiam cassar três pontos da decisão do juiz Marcelo Moreira, que na semana passada já havia determinado a realização de nova eleição ([reveja](#)).

Além do novo pleito, eles se insurgiram contra a anulação das posses do próprio Maninho e do suplente Raimundo Cleudo. Nenhum dos pedidos prosperou.

Após a decisão do TJ, o juiz Marcelo Moreira já expediu documento ao oficial de justiça de plantão na cidade de Bacabal para que ele acompanhe a eleição.

Envolvidos no assassinato de Brunno Matos pegam penas brandas; família do advogado deve recorrer do julgamento

03/02/2017 00:00:00

O engenheiro civil Diego Polary, o bacharel em hotelaria Carlos Marão e o vigilante João Gomes foram condenados na madrugada desta sexta-feira (3), pela morte do advogado Brunno Matos e tentativa de homicídio de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

O resultado saiu após mais de 17 horas de julgamento por volta das 3h da manhã. 13 testemunhas foram ouvidas, três réus escutados, além de uma longa arguição do Ministério Público e da assistência de acusação, assim como da banca dos advogados de defesa.

Diego Polary foi condenado a oito anos de prisão, por ser o responsável pelo assassinato do advogado Brunno Matos, assim como a tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

Carlos Marão foi condenado a seis anos por participação no homicídio do advogado Brunno Matos e da tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

João Gomes a um ano de detenção por lesão corporal e sua pena deve ser convertida em trabalho comunitário por ser réu primário.

O julgamento

A sessão ocorreu no auditório do Fórum Desembargado Sarney Costa, no Calhau, em São Luís, e foi presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto de Moura Lima. O julgamento contou com a presença massiva de pessoas ligadas ao Direito, de conhecidos e amigos das famílias das vítimas e dos acusados e da imprensa.

As duas vítimas, Alexandre Matos e Kelvin Chiang, afirmaram que os três acusados foram responsáveis pelos crimes. O vigia João José Nascimento Gomes, 46 anos, primeiro acusado a ser ouvido, sustentou a versão do segundo depoimento dado à polícia em que teria perdido a faca que estava presa à sua cintura no momento em que se abaixou para pegar um animal de estimação.

Após o médico legista Giuliano Peixoto Campelo confirmar questões técnicas constantes da perícia do Instituto Médico Legal (IML), somente no meio da tarde é que foram ouvidos os acusados João José

Nascimento Gomes, Carlos Humberto Marão Filho e Diego Henrique Marão Polary. Apesar de a faca ter sido usada no crimes, o vigilante afirmou que não viu o evento que culminou na morte do advogado Bruno Matos.

Em depoimento inicial à polícia, João José confessou os crimes. Mas durante o julgamento disse que essa versão foi orientada por um advogado e que foi coagido por Carlos Humberto Marão Filho a confessar sozinho os crimes.

O segundo réu ouvido foi Carlos Humberto Marão Filho. De acordo com ele, o vigia João José Nascimento Gomes foi o responsável pelo homicídio de Brunno Matos e também pelas lesões nas demais vítimas, porque o viu próximo a elas após sofrer agressão. Carlos Marão também acrescentou que foi coagido por três delegados a apontar o sobrinho Diego Polary como principal responsável pelo crime.

Diego Polary, 23 anos, o último dos réus interrogado, negou qualquer envolvimento com os eventos da noite em que morreu Brunno Matos. Sustentou a versão de que estava dormindo durante o fato.

Durante o julgamento, Polary disse que foi vítima dos fatos e acredita que os policiais induziram seu tio a acusá-lo para atender a vontade da mídia, por onde soube que era suspeito.

O advogado Brunno Matos, de 29 anos, foi assassinado a facadas na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, após a festa de comemoração do senador eleito Roberto Rocha (PSB), realizada no comitê de campanha do candidato no Olha d'Água.

TJ mantém para hoje eleição para presidente da Câmara de Bacabal

03/02/2017 12:51:22

A Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão negou recurso interposto por César Brito (PPS) e Professor Maninho (PRB) e decidiu manter para hoje (3), a partir das 19h, a nova eleição para a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bacabal.

O voto que definiu o caso - após agravo protocolado pelos dois vereadores eleitos - foi do desembargador Marcelo Carvalho (*foto acima*).

Brito e Maninho pretendiam cassar três pontos da decisão do juiz Marcelo Moreira, que na semana passada já havia determinado a realização de nova eleição.

Além do novo pleito, eles se insurgiram contra a anulação das posses do próprio Maninho e do suplente Raimundo Cleudo. Nenhum dos pedidos prosperou.

Após a decisão do TJ, o juiz Marcelo Moreira já expediu documento ao oficial de justiça de plantão na cidade de Bacabal para que ele acompanhe a eleição.

TJ e Famem discutem precatórios e dívidas dos municípios

03/02/2017 19:51:10

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones, reuniu-se, nesta sexta-feira (3), com o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Cleomar Tema, e gestores públicos de prefeituras, para discutir soluções referentes às obrigações dos municípios quanto ao pagamento de precatórios.

O desembargador Cleones Cunha destacou que o Judiciário tem conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos municípios e que o início desse diálogo servirá para que seja encontrada uma solução adequada no que diz respeito ao pagamento de dívidas de precatórios.

"O objetivo é encontrar uma forma de efetivar a quitação desses débitos, sem, evidentemente, trazer prejuízos aos municípios. Todos os que têm débitos devem procurar o Tribunal de Justiça e verificar o procedimento a ser adotado para quitação dessas dívidas", explicou.

Para o juiz José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do TJMA, a questão envolve praticamente todos os municípios do Maranhão. "O primeiro passo é orientar os gestores municipais sobre a necessidade de observar a legislação que trata dessas obrigações e colocar o Tribunal de Justiça à disposição daqueles que têm a intenção de adimplir, com uma maior brevidade, os precatórios", salientou.

O magistrado ressalta que existem municípios que devem valores elevados referentes a precatórios, sendo necessário analisar a situação de cada um, verificando aqueles que podem ter a dívida facilitada pelos regimes especiais criados pela Constituição Federal.

"Os prefeitos têm a oportunidade de se anteciparem, para que o pagamento seja feito da melhor forma possível. Estamos abrindo o diálogo, para que todos tomem ciência de que essas dívidas devem ser quitadas o mais breve possível", frisou.

De acordo com o presidente da Famem, o prefeito de Tuntum, Cleomar Tema - eleito para o biênio 2017/2018 - a partir do que foi acordado durante a reunião, a Famem vai informar e orientar todos os prefeitos sobre as medidas mais urgentes que devem ser adotadas para o pagamento das dívidas de precatórios, principalmente aqueles dos municípios que ainda não tiveram bloqueio em conta.

"Vamos orientar os prefeitos a se dirigirem ao Tribunal e apresentarem uma proposta para encontrar uma solução definitiva, antes que o bloqueio em conta seja efetivado", enfatizou.

Durante a reunião, o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação do TJMA, apresentou várias propostas aos gestores municipais, que foram apreciadas e deverão ser incorporadas no calendário de atividades da Famem.

Os projetos tratam de parceria entre o Judiciário e os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) para execução de trabalho relacionado a famílias em conflito, com a realização de oficinas de parentalidade e de desenvolvimento de plataformas digitais para resolução de conflitos nos municípios.

Três acusados já foram ouvidos em oitiva no "Caso Brunno Matos"

02/02/2017 21:16:46

SÃO LUÍS - Segue o julgamento dos acusados do assassinato do advogado Bruno Matos. Carlos Humberto Marão Filho, Diego Henrique Marão Polary e João José Nascimento Gomes também são acusados pela tentativa de homicídio de Alexandre Matos e Kelvin Kim Chiang. O crime ocorreu na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, no bairro do Olho d'Água, em São Luís. O julgamento acontece no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

Já foram ouvidos os três acusados, o delegado do caso (Márcio Fábio Dominici), um perito, duas vítimas e duas testemunhas de defesa, além de um dos policiais que foram ao local no dia do crime. Oito pessoas ainda precisam ser ouvidas e essa oitiva deve passar da meia noite.

O Ministério Público afirma que o homicídio e as duas tentativas de homicídio aconteceram após uma briga, que ocorreu próxima à casa do acusado Marão Filho. Brunno Matos morreu após golpes de faca, Alexandre Matos e Klevin Chiang também foram feridos na ocasião.

Segundo o MP, Diego Polary é o autor da prática do crime de homicídio e e tentativa de homicídio contra Alexandre Matos. Já Carlos Marão Filho, é acusado de suposta participação na morte do advogado e o vigilante João José Nascimento Gomes pela suposta prática de homicídio do advogado e tentativa de homicídio contra Kelvin Chiang.

O advogado de João José Nascimento afirma que ele agiu em legítima defesa. "Estou confiante que os jurados acatem a nossa tese, que é uma tese de autodefesa, do próprio João. É aqui possa, realmente, ser feito justiça", disse Marcos Patrício Monteiro, que é defensor público.

Já os advogados de Diego Polary defendem a tese de que o acusado sequer estava no local do crime. "Diego não estava lá. O que nós vamos fazer hoje é explicar porque o nome do Diego veio, injustamente, parar neste caso", defendeu o advogado Francisco Bernardes.

FAMEM e TJ debatem sobre cobrança dos precatórios

03/02/2017 16:00:44

Os presidentes da FAMEM – Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram, nesta sexta-feira (03), tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses.

O assunto é uma das principais reivindicações dos atuais prefeitos e prefeitas feitas à entidade municipalista. Atualmente, de acordo com o último edital de comunicação emitido pelo TJ, no dia 31 de dezembro de 2016, 134 municípios do estado possuem dívidas de precatórios.

Cleomar Tema, que participou do encontro acompanhado de prefeitos e da assessoria jurídica da Federação, sugeriu ao desembargador que seja estudada uma maneira para que a cobrança não atinja recursos depositados mensalmente nos chamados fundos constitucionais nas áreas da educação, saúde e assistência social.

"Quando o sequestro dos valores da dívida do precatório é executado, qualquer recurso que esteja na conta da prefeitura é retido, inclusive dos Fundos da Saúde, Assistência e Fundeb. Nossa ideia é de que essa retenção ocorra somente nos recursos oriundos do FPM", explicou o prefeito.

Cleones Cunha explicou que a cobrança da dívida é uma exigência legal e que, constantemente, o Conselho Nacional de Justiça realiza inspeções com o objetivo de verificar se os Tribunais de Justiça do país estão, ou não, cumprindo a lei.

O desembargador avaliou como interessante a proposta do presidente da FAMEM e determinou que a coordenação de precatórios do Tribunal, juntamente com a assessoria jurídica da entidade, aprofundem os estudos.

Também propôs a Tema, o que foi prontamente aceito, uma parceria institucional entre o Poder Judiciário e a Federação para orientar os gestores a procurarem o Tribunal para negociar o pagamento dos precatórios.

"O que ocorre na maioria das situações é o gestor não adotar nenhuma medida, como o parcelamento da dívida. Esse gestor pode e deve procurar o Tribunal para buscar uma alternativa que evite o bloqueio dos recursos", disse o desembargador.

Durante o encontro, também foram tratadas parcerias futuras para orientar os gestores sobre recebimento de tributos e implantação, nos municípios, de plataformas digitais que permitam agilizar serviços no setor da assistência social.

Estiveram presentes na reunião os prefeitos Djalma Melo (Arari), Rodrigues da Iara (Nina Rodrigues) e Professora Vanderli (Anapurus).

Caso Brunno Matos: houve mesmo condenação?

03/02/2017 07:48:09

Os três acusados pelo crime de Brunno Matos, Marão Filho, Diego Polary e João José

Terminou na madrugada desta sexta-feira (03) o julgamento do caso Brunno Matos, um jovem advogado e assessor do senador Roberto Rocha que foi assassinado numa festa de comemoração logo após as eleições de 2014.

Segundo a denúncia feita pelo Ministério Público, o assassinato e as duas tentativas de homicídio - Alexandre Matos (irmão de Brunno) e Kelin Chang - foram resultado de uma discussão em virtude de quebra de retrovisores de alguns veículos que supostamente estariam obstruindo o acesso à garagem da residência de um dos acusados do crime, Carlos Marão Filho.

A denúncia aponta ainda que além de Marão Filho, participaram do crime de Brunno Matos, morto a golpes de faca, Diego Henrique Marão Polary e João José Nascimento Gomes.

Depois de 17 horas de julgamento, os três acusados foram "condenados". Diego Polary foi condenado a cumprir pena de oito anos, sendo seis pelo homicídio do advogado e dois pela tentativa de homicídio do irmão de Brunno. Diego foi o acusado que teve a pena mais pesada.

Já Marão Filho foi condenado a seis anos de prisão pela participação no assassinato de Brunno e o vigilante João José pena de um ano de prisão pela participação na morte do advogado e tentativa de homicídio contra Kelvin Chiang.

A sessão de júri ocorreu no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, e foi presidida pelo juiz da titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto Moura.

Após a "condenação" dos três acusados, o principal questionamento que tem sido feito é se as penas não foram excessivamente brandas? A família de Brunno Matos ainda não se posicionou oficialmente sobre a decisão, mas o Blog já teve a informação que deve recorrer da decisão.

Para piorar o sentimento de injustiça, que fatalmente deve estar atormentando os familiares de Brunno Matos, os três acusados vão recorrer também da decisão e, enquanto isso, devem aguardar um novo julgamento em liberdade.

Pelo visto, preso mesmo apenas o jovem advogado Brunno Matos, que teve seus sonhos interrompidos por um crime desnecessário e gratuito, e seus familiares que terão que conviver o resto da vida com a dor da perda e,

agora, com o sentimento de impunidade após tal "condenação".

Agora imagina se o crime não tivesse tido toda a repercussão que teve e a vítima não fosse um advogado e assessor de um senador da República, como seriam essas "condenações"?

Presidentes da FAMEM e TJ discutem alternativas de cobrança dos precatórios aos municípios

03/02/2017 15:23:26

Os presidentes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram, nesta sexta-feira (03), tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses. O assunto é uma das principais reivindicações dos atuais prefeitos [...]

MP constata precariedade em escolas municipais de Açailândia

03/02/2017 16:00:34

y_content_top">

O titular da 4ª Promotoria de Justiça de Açailândia, Gleudson Malheiros Guimarães, cobrou, do prefeito Juscelino Oliveira, a reforma nas estruturas físicas das escolas municipais de Açailândia.

O pleito foi feito em reunião realizada na sede do Ministério Público na comarca.

No dia 30, o membro do MPMA realizou inspeções nas escolas José Egídio Quintal, Almirante Barroso e Eduardo Pereira Duarte e constatou que as instalações das unidades educacionais estão deterioradas e sem estrutura para abrigar adequadamente os estudantes.

Foram encontrados buracos no telhado, paredes danificadas e com mofo, pias, torneiras e vasos sanitários quebrados, infiltrações e vazamentos nos banheiros e salas de aula, portas quebradas e ventiladores deteriorados e sem funcionamento. De acordo com o promotor, "a realização das vistorias foi iniciativa desta Promotoria.

A necessidade de reparos nas instalações é inegável."

O promotor de justiça solicitou do prefeito providências imediatas para sanar os problemas das escolas.

O chefe do Poder Executivo municipal informou que existem 29 escolas em imóveis alugados, razão pela qual a prefeitura não pode fazer investimentos para reformar as unidades. Nesse caso, os proprietários serão notificados pelo Município para realizar os reparos.

Também participaram do encontro o secretário municipal de Obras, Saulo Aranha; o juiz André Bezerra; e a promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia.

"Chego a conclusão que no Brasil o crime compensa", diz pai de Bruno Matos

03/02/2017 17:11:59

Rubem Soares ao lado do filho Bruno Matos

Revolta. Esse é sentimento de Rubem Soares, pai do jovem advogado Bruno Matos, após o resultado do julgamento dos acusados pela morte de Bruno e tentativa de homicídio de seu outro filho, Alexandre Matos, que ocorreu durante festa de comemoração das eleições em 2014.

Em declaração feita ao Blog do Jorge Aragão, o pai de Bruno foi taxativo quanto ao desfecho do caso. **"Estou indignado, enojado. Chego a conclusão que no Brasil o crime compensa"**, disse.

Após mais de 17 horas de julgamento, os acusados Diego Polary, Marão Filho e o vigilante João Gomes, acabaram sendo condenados a penas leves.

Diego, cumprirá pena de oito anos, sendo seis pelo homicídio de Bruno e dois pela tentativa de homicídio ao irmão do advogado.

Marão foi condenado a seis anos pela participação no assassinato de Bruno e o vigilante João Gomes a um ano de prisão. Todos recorreram e irão aguardar em liberdade.

Para o pai de Bruno, o crime ter sido caracterizado como homicídio simples e não como homicídio qualificado foi uma brincadeira, já que foi cometido por motivo fútil e sem oportunidade de defesa para o filho.

"Condenado foi meu filho que está preso em uma sepultura, foi seu filho que jamais conhecerá seu pai, foi nossa família que está totalmente destruída", desabafou.

Lomam impede conspiração do governo Flávio Dino contra Nelma Saney?

03/02/2017 14:00:11

Regras das eleições nos tribunais de Justiça são determinadas pela Lei Orgânica da Magistratura, que vale para todo o país, o que joga por terra a tentativa de tumultuar o processo no Maranhão

Pleno do TJ tem que seguir a Lomam - e não ao governo Flávio Dino - na eleição para o seu comando

[A conspiração que vinha sendo montada no Palácio dos Leões para impedir a ascensão da desembargadora Nelma Sarney à presidência do Tribunal de Justiça](#) deverá esbarrar na Lei Orgânica da Magistratura.

É a Lomam que estabelece as regras das eleições nos TJs - sendo a mesma para todo o país - e só pode ser alterada por votação no Congresso nacional, após reforma pelos colegiados superiores do Judiciário.

De acordo com a lei apenas os desembargadores mais antigos - e que ainda não tenham assumido o mesmo cargo - podem concorrer aos cargos de direção: presidência, vice-presidência e corregedoria-geral.

A articulação comunista tentava alterar o Regimento Interno do Tribunal de Justiça para liberar a todos os desembargadores o direito de disputar a eleição. A ideia era garantir a um aliado do Palácio dos Leões - cita-se nos bastidores o desembargador Froz Sobrinho - o comando do TJ.

Foi a partir da Lei Orgânica da Magistratura, por exemplo, que o Supremo Tribunal Federal anulou, em dezembro, a eleição do desembargador Luiz Zveiter para a presidência do TJ do Rio de Janeiro.

Zveiter já havia sido presidente do tribunal, mas conseguiu uma liminar dizendo que ele poderia concorrer novamente.

Os ministros do STF votaram de acordo com o Parecer do Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que estabeleceu:

- É inconstitucional dispositivo de resolução de tribunal de justiça que disponha sobre elegibilidade e causas de inelegibilidade de forma diversa do disposto no art. 102 da Loman. [\(Leia aqui\)](#)

Em outras palavras, o que rege as eleições nos TJs é a Loman e não regimentos internos ou Resoluções.

Assim, caiu no poço a tentativa do governo de impedir a ascensão de Nelma Sarney...

Conspiração contra Nelma Sarney parte do Palácio dos Leões...

POSTED ON 03/02/2017 BY MARCO AURÉLIO D'EÇA

Governo Flávio Dino é o responsável pela articulação que visa quebrar o protocolo e impedir que a desembargadora chegue ao comando do Tribunal de Justiça

Nelma Sarney virou novo alvo do governo Flávio, que estuda até quebrar as regras para prejudicá-la

Setores do governo Flávio Dino (PCdoB) têm se movimentado intensamente nos bastidores para impedir que a desembargadora Nelma Sarney chegue ao comando do Tribunal de Justiça.

A eleição para sucessão do desembargador Cleones Cunha está marcada para novembro, mas desde o ano passado o Palácio dos Leões articula para mudar as regras e impedir a condução de Nelma.

O governo comunista tem o apoio da Associação de Magistrados do Maranhão.

Pelas regras atuais, a composição da Mesa do TJ sai dos desembargadores mais antigos e que ainda não tenham assumido o comando. Neste caso, pela ordem, estaria definido Nelma Sarney na presidência, Maria das Graças Duarte na corregedoria e José Joaquim Figueiredo na vice-presidência, numa espécie de rodízio tradicional.

Ocorre que, no final de dezembro, Figueiredo se manifestou interessado na corregedoria, mantendo a atual vice no mesmo posto.

Dino espera contar com o apoio do atual presidente Cleones Cunha em seu plano

Até aí tudo bem, mas o movimento do governo - que já teria chamado às falas o atual presidente Cleones Cunha - visa a alteração no Regimento Interno, para garantir que qualquer desembargador possa ser eleito presidente.

No Tribunal de Justiça, o assunto ainda é tratado apenas nos bastidores, mas todos garantem que o alvo é Nelma Sarney.

É aguardar e conferir...

Famem discute com TJ alternativas de cobrança de precatórios municipais?

03/02/2017 18:00:50

Cleomar, Cleones, prefeitos e assessores em reunião no TJ

Os presidentes da Federação dos Municípios do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram, nesta sexta-feira (03), tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses.

Atualmente, de acordo com o último edital de comunicação emitido pelo TJ, no dia 31 de dezembro de 2016, 134 municípios do estado possuem dívidas de precatórios.

Tema sugere que a cobrança não atinja recursos depositados mensalmente nas áreas da educação, saúde e assistência social.

- Quando o sequestro dos valores da dívida do precatório é executado, qualquer recurso que esteja na conta da prefeitura é retido, inclusive dos Fundos da Saúde, Assistência e Fundeb. Nossa ideia é de que essa retenção ocorra somente nos recursos oriundos do FPM - explicou o prefeito.

Cleones Cunha explicou que a cobrança da dívida é uma exigência legal e que, constantemente, o Conselho Nacional de Justiça realiza inspeções com o objetivo de verificar se os Tribunais de Justiça do país estão, ou não, cumprindo a lei.

Mesmo assim, o desembargador determinou que a assessoria jurídica da Famem e do TJ aprofundem os estudos sobre o tema.

- O que ocorre na maioria das situações é o gestor não adotar nenhuma medida, como o parcelamento da dívida. Esse gestor pode e deve procurar o Tribunal para buscar uma alternativa que evite o bloqueio dos recursos - disse o

desembargador.

Desembargadores juízes e servidores do Judiciário terão reajuste de 6,3%

03/02/2017 17:04:17

Os deputados estaduais iniciam a semana na Assembleia Legislativa do Maranhão concedendo reajuste de 6,3% para servidores efetivos do Judiciário Maranhenses. O índice é 10% abaixo do obtido pelos ministros do Supremo Tribunal Federal que a partir de janeiro passaram a receber salário com reajuste de 8, 19% e o mesmo índice a partir de março. O salário dos ministro ficou estabelecido em R\$ 379. 293, 38.

O Projeto de Lei de reajuste foi entregue pessoalmente pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, ao presidente da Mesa diretora da AL, deputado Humberto Coutinho.

O orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão para 2017 é de R\$ 1,2 bilhão que deve ser acrescentado de mais R\$ 22 milhões de emenda orçamentária par compensar os cortes da proposta original enviado à Assembleia Legislativa. O salário do juízes não podem ultrapassar o limite do teto constitucional que é de R\$ 33 mil. Dos recursos do orçamento do TJ-MA, R\$ 643 milhões são para cobrir os vencimentos do pessoal. Serão gastos ainda R\$ 53 milhões com auxílio alimentação e R\$ 3 com auxílio transporte.

O subsídio de um desembargador é de R\$ 30,4 mil, enquanto que o juiz inicial recebe salário base de R\$ 26,1 mil. Com o reajuste o desembargador passará a receber R\$ 32, 2 mil.

O pedido de urgência para o projeto deve ser solicitado pelo deputado Fábio Braga. O índice de reajuste foi aprovado pelo plenário do TJ-MA em 25 de janeiro.

ABSURDO! COMO PRÊMIO, CONDENADOS PELA MORTE DO ADVOGADO BRUNNO MATOS RESPONDETÃO EM LIBERDADE

03/02/2017 09:57:49

Apesar das penas, todos os condenados responderão em liberdade: Diego Polary oito anos de prisão; Carlos Marão, seis anos; e João Gomes, o vigilante, a um ano de detenção, convertida em trabalho comunitário.

Polary matou Bruno Matos friamente a golpes de facas, com auxílio de Marão e do vigia, João Gomes!

A Justiça maranhense a cada dia fica mais desacreditada. Nas primeiras horas desta sexta-feira (03), os autores do assassinato brutal do advogado Brunno Matos - morto covardemente a facadas na madrugada do dia 06 de outubro de 2014, no bairro Olho d'Água, ganharam como prêmio a liberdade!

Isso mesmo, mesmo condenados, o engenheiro civil Diego Polary, o bacharel em hotelaria Carlos Marão e o vigilante João Gomes irão responder em liberdade pela prática de crime de homicídio.

O julgamento começou por volta das 9h da manhã no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto de Moura Lima. O resultado saiu após mais de 17 horas de julgamento por volta das 3h da manhã desta sexta-feira.

Várias testemunhas foram dispensadas, outras 13 ouvidas. Os três réus foram ouvidos, além de uma longa arguição do Ministério Público e da assistência de acusação, assim como da banca dos

advogados de defesa.

Bruno foi morto covardemente a golpes de facas por Polary.

Diego Polary - Autor dos golpes que assassinou o advogado, foi condenado a oito anos de prisão, por ser o responsável pelo assassinato do advogado Brunno Matos, assim como a tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

Carlos Marão - Foi condenado seis anos por participação no homicídio do advogado Brunno Matos e da tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

João Gomes - O vigilante, a um ano de detenção por lesão corporal e sua pena deve ser convertida em trabalho comunitário por ser réu primário.

Como disse no início do post: Todos os condenados vão recorrer da decisão em liberdade". Do blog do Domingos Costa.

FAMEM e TJ discutem cobrança de precatórios

03/02/2017 20:00:26

Presidentes da FAMEM e TJ discutem alternativas de cobrança dos precatórios aos municípios

Os presidentes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram, nesta sexta-feira (3), tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses.

O assunto é uma das principais reivindicações dos atuais prefeitos e prefeitas feitas à entidade municipalista. Atualmente, de acordo com o último edital de comunicação emitido pelo TJ, no dia 31 de dezembro de 2016, 134 municípios do estado possuem dívidas de precatórios.

Cleomar Tema, que participou do encontro acompanhado de prefeitos e da assessoria jurídica da Federação, sugeriu ao desembargador que seja estudada uma maneira para que a cobrança não atinja recursos depositados mensalmente nos chamados fundos constitucionais nas áreas da educação, saúde e assistência social.

"Quando o sequestro dos valores da dívida do precatório é executado, qualquer recurso que esteja na conta da prefeitura é retido, inclusive dos Fundos da Saúde, Assistência e Fundeb. Nossa ideia é de que essa retenção ocorra somente nos recursos oriundos do FPM", explicou o prefeito.

Cleones Cunha explicou que a cobrança da dívida é uma exigência legal e que, constantemente, o Conselho Nacional de Justiça realiza inspeções com o objetivo de verificar se os Tribunais de Justiça do país estão, ou não, cumprindo a lei.

O desembargador avaliou como interessante a proposta do presidente da FAMEM e determinou que a coordenação de precatórios do Tribunal, juntamente com a assessoria jurídica da entidade, aprofundem os estudos.

Também propôs a Tema, o que foi prontamente aceito, uma parceria institucional entre o Poder Judiciário e a Federação para orientar os gestores a procurarem o Tribunal para negociar o pagamento dos precatórios.

"O que ocorre na maioria das situações é o gestor não adotar nenhuma medida, como o parcelamento da dívida.

Esse gestor pode e deve procurar o Tribunal para buscar uma alternativa que evite o bloqueio dos recursos", disse o desembargador.

Durante o encontro, também foram tratadas parcerias futuras para orientar os gestores sobre recebimento de tributos e implantação, nos municípios, de plataformas digitais que permitam agilizar serviços no setor da assistência social.

Estiveram presentes na reunião os prefeitos Djalma Melo (Arari), Rodrigues da Iara (Nina Rodrigues) e Professora Vanderli (Anapurus).

Foto: Divulgação

O post [FAMEM e TJ discutem cobrança de precatórios](#) apareceu primeiro em [Zeca Soares](#).

Justiça condena acusados no caso Brunno

03/02/2017 07:00:34

Justiça condena acusados de matar o advogado Brunno Matos numa briga em 2014

A Justiça condenou os três acusados pela morte do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e da tentativa de homicídio de Alexandre Matos e de Kelvin Kim Chiang.

O crime aconteceu na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, em uma residência no bairro Olho D'Água, após uma festa em comemoração pela eleição do senador Roberto Rocha (PSB).

Brunno Matos foi morto a golpes de faca durante uma briga. Alexandre e Kelvin também foram atingidos.

Os acusados, Diego Polary foi condenado a 8 anos de prisão, Carlos Marão Filho a 6 anos e o vigia João José Gomes recebeu a pena de 1 ano na prisão.

Foto: Flora Dolores/ O Estado

Justiça do MA condena envolvidos na morte do advogado Bruno Matos

Acusados foram condenados nesta madrugada (3) em São Luís.
Brunno Matos foi assassinado a facadas no dia 6 de outubro de 2014.
Do G1 MA, com informações da TV Mirante

A Justiça decidiu condenar na madrugada desta sexta-feira (3) no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, os três acusados de matar o advogado Bruno Eduardo Matos ocorrida na madrugada do dia 6 de outubro de 2014. O julgamento dos três acusados durou aproximadamente 19 horas.
Os réus Carlos Humberto Marão Filho, Diego Henrique Marão Polary e João José Nascimento Gomes foram considerados culpados e condenados a prisão pela a morte do advogado Bruno Matos e também pela tentativa de homicídio de Alexandre Matos, irmão dele, e Kelvin Kim Chiang, amigo do advogado morto.

Segundo a decisão judicial, Diego Polary foi responsabilizado por ter sido o autor das facadas que levaram o Bruno a morte e foi condenado a oito anos de prisão, Carlos Humberto Marão por participação no homicídio e nas tentativas de homicídio foi condenado a seis anos de reclusão e João José, que era o vigilante da rua na ocasião do crime, foi condenado a um ano de detenção.

Os acusados deverão recorrer das decisões em liberdade porque o resultado dessas penas ainda serão transitados e julgados.

Entenda o caso

O advogado Bruno Eduardo Soares Matos, de 29 anos, foi assassinado a facadas na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, após a festa de comemoração do senador eleito Roberto Rocha (PSB), realizada no comitê de campanha do candidato, no bairro Olho-d'Água, em São Luís.

O irmão dele, Alexandre Soares Matos, e o amigo Kelvin Kim Chiang, também foram feridos. Segundo informações da polícia, o crime teria sido resultado de uma discussão por causa do som alto da festa. Inicialmente, Carlos Humberto Marão Filho, de 38 anos, foi apontado como principal suspeito do crime. No dia 16 de outubro, o vigilante João José Nascimento Gomes assumiu a autoria do assassinato. À polícia, ele disse que não lembra a ordem dos fatos, mas que foi ele quem desferiu os golpes de faca nas vítimas. No dia 21 de outubro o vigilante foi até a sede da Ordem dos Advogados do Brasil da seccional do Maranhão (OAB-MA) e negou toda a autoria do crime.

Ele disse que foi coagido por um advogado a assumir a autoria do crime e ainda que teria recebido a quantia de R\$ 4,9 mil para declarar-se culpado.

MARANHÃO - A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, estuda a viabilidade de adotar, no âmbito dos juizados especiais cíveis e da fazenda pública, a modalidade de intimação das partes em processo, por meio do aplicativo WhatsApp. De acordo com a equipe técnica da Corregedoria, há a viabilidade de intimações serem enviadas por meio do aplicativo durante o horário de expediente do Juízo, a partir de aparelho celular cadastrado para a unidade judicial, utilizado exclusivamente para este fim. A adesão das partes ao procedimento de intimação via WhatsApp será voluntário. Mas, ao aderir, os interessados deverão preencher e assinar termo de entrega pelo juizado e informar o número de seus telefones.

Além de possuir o aplicativo instalado em seu celular, tablet ou computador, a parte deverá confirmar o recebimento da mensagem, em no máximo 24 horas. Segundo a corregedora Anildes Cruz, a utilização dessa ferramenta digital, a exemplo do que já é praticado em outros estados do país e precisa funcionar também no Maranhão. "Além de ser um meio legal para efetivar a intimação das partes, o uso dessa ferramenta resulta em maior celeridade e redução considerável de custos para o Judiciário maranhense no desempenho das atividades judiciais, dispensando o pagamento de qualquer despesa para instalação e/ou manutenção", pontuou a desembargadora corregedora. A juíza Márcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais, preside os estudos de viabilidade e gestão na implantação dessa medida inovadora. O projeto será apresentado pela corregedora Anildes Cruz, nos próximos dias, ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha.

Tribunal do Júri de São Luís julga 38 réus em julho

DIVULGAÇÃO/CGJ-MA

30/06/2016 às 14h44

As sessões são abertas ao público e ocorrem nos salões do 1º andar do fórum.

No mês, serão julgados 38 acusados de homicídio, nas quatro varas do Tribunal de Júri de São Luís. -
Reprodução/Internet

SÃO LUÍS - Com o julgamento de Paulo Sérgio Sousa nesta sexta-feira (1º), às 8h30, no Fórum Des. Sarney Costa, começam as sessões de júri popular de julho. No mês, serão julgados 38 acusados de homicídio, nas quatro varas do Tribunal de Júri de São Luís. As sessões são abertas ao público e ocorrem nos salões, localizados no 1º andar do fórum (Calhau).

Além de Paulo Sérgio Sousa, também serão julgados pela 3ª Vara do Júri em julho, João Walter Pacheco Marinho (dia 4); Luís Eduardo Pinheiro Silva (6), Márcio Aurélio Pinheiro Dias (10), Jademilson Correia (11), Diego Fernando Ribeiro da Silva (13), Antônio José Medeiros Mascarenhas (15), Jean Rodrigo da Silva Sousa e Juan Carlos Pereira Pinto (18), Nilton César Ferreira de Oliveira e Luís César Rodrigues (20), Janilson de Araújo Melo (22), Carlos Somagno Cantanhede Pereira e Rogério Pereira Alves (25) e Erivan Mendes (27).

Já no 1º Tribunal do Júri sentarão no banco os réus Ivaldo Diniz Barros (dia 4), Eduilson Alves Sousa (06), Kleber Alberto Rocha da Silva (8), Isac Matos do Carmo (11), Jailson Pereira dos Santos (13) e Jadson Rosa Câmara (25).

Na 2ª Vara as sessões de júri começam nesta segunda-feira (4), com o julgamento de Paulo Vitor dos Reis. Também serão julgados Antônio Almeida Melo (dia 6), Luciano Laune de Oliveira (8), Geilson Gomes (12), Jorge de Oliveira (14), Mário Vinícius Mendes Gonçalves (18), Taylson César Silva Costa (20) e Fábio Júnior Sá Mendonça (22).

Também nesta segunda-feira (4), começam as sessões de julgamento do mês de julho, no 4º Tribunal do Júri, quando sentará no banco dos réus Wagner Francisco de Barros Meneses. Serão julgados ainda Nielson Meireles Correa (dia 6), Marlon Calton Silva Azevedo (11), Carlos Alberto Silva (13), João Oliveira Sousa Filho (18), Robson Façanha dos Reis (20), Edson Sousa Aguiar (25), Orlando Cunha e Vagner Martins Moraes (27).

SÃO LUIS - A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), após a finalização de recursos e correções, antecipou o resultado final com a lista dos candidatos classificados no Processo Seletivo para Estágio Remunerado no Poder Judiciário do Maranhão. A lista do resultado por ampla concorrência pode ser consultada no site da ESMAM, na área de "Processos Seletivos - Estágio Remunerado 2016". O resultado, que estava previsto para sair no dia 6 de fevereiro, próxima segunda-feira, foi antecipado com autorização da Comissão de Supervisão do Processo Seletivo, presidida pelo desembargador José de Ribamar Castro. Nas duas listas, o resultado segue a ordem de classificação pela nota e dividido por comarcas. São considerados aprovados no seletivo os candidatos que obtiveram aproveitamento igual ou superior a 50% do total das questões da prova objetiva. A partir da segunda-feira (6), de acordo com o edital, correrá o prazo de 48 horas para recursos. A divulgação do resultado final está prevista para dia 13 de fevereiro.

Os candidatos aprovados deverão se apresentar em audiência pública no dia 15 de fevereiro, na qual serão prestados esclarecimentos sobre as atividades de estágio e escolhidos os setores de lotação, seguindo a ordem de classificação. Todas as informações sobre o processo seletivo de estágio 2016 também estão sendo publicadas em área exclusiva no site da ESMAM. Outras informações e dúvidas sobre o processo seletivo para estágio remunerado do Tribunal de Justiça do Maranhão também pelo telefone: (98) 3235 3903 (Coordenação Pedagógica da ESMAM).

Conspiração contra Nelma Sarney parte do Palácio dos Leões...

Nelma Sarney virou novo alvo do governo Flávio, que estuda até quebrar as regras para prejudicá-la

Setores do governo Flávio Dino (PCdoB) têm se movimentado intensamente nos bastidores para impedir que a desembargadora Nelma Sarney chegue ao comando do Tribunal de Justiça.

A eleição para sucessão do desembargador Cleones Cunha está marcada para novembro, mas desde o ano passado o Palácio dos Leões articula para mudar as regras e impedir a condução de Nelma.

O governo comunista tem o apoio da Associação de Magistrados do Maranhão.

Pelas regras atuais, a composição da Mesa do TJ sai dos desembargadores mais antigos e que ainda não tenham assumido o comando. Neste caso, pela ordem, estaria definido Nelma Sarney na presidência, Maria das Graças Duarte na corregedoria e José Joaquim Figueiredo na vice-presidência, numa espécie de rodízio tradicional.

Ocorre que, no final de dezembro, Figueiredo se manifestou interessado na corregedoria, mantendo a atual vice no mesmo posto.

Dino espera contar com o apoio do atual presidente Cleones Cunha em seu plano

Até aí tudo bem, mas o movimento do governo - que já teria chamado às falas o atual presidente Cleones Cunha - visa a alteração no Regimento Interno, para garantir que qualquer desembargador possa ser eleito presidente.

No Tribunal de Justiça, o assunto ainda é tratado apenas nos bastidores, mas todos garantem que o alvo é Nelma Sarney.

É aguardar e conferir...

No MA, inscrições de treinamento para juízes vão até sexta

As inscrições estão disponíveis até esta sexta-feira (3), com 25 vagas.

Estão abertas no sistema Tutor (no Sistema Sentinela) as inscrições para o curso Carpe Diem, que será ministrado pelo coach Pádua Weber. O curso é destinado para magistrados, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) e Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

As inscrições estão disponíveis até esta sexta-feira (3), com 25 vagas. O curso será realizado nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro, das 9h às 12h30 e das 14h30 às 18h, na sede da ESMAM.

Antonio de Pádua Weber é empresário, consulto e coach. Tem experiência no desenvolvimento de conduta empreendedora e na implantação do Modelo de Gestão da Qualidade Total da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ. É também facilitador líder credenciado pelo PNUD e SEBRAE Nacional, para aplicar a metodologia do EMPRETEC. Tem capacitação em Coaching Internacional Integral Sistêmico pela ICI - Integrated Coaching Institute, com selo mundial do ICF - International Coach Federation. Master/Wizard Avatar pela Star's Edge para ensinar as ferramentas e materiais do Avatar, um curso para expansão de consciência e autodesenvolvimento.

O treinamento com magistrados será subdividido em cinco temas: "Seu modelo de mundo" - lidando com mudanças e criando ritos de passagem; "Conhece-te a ti mesmo - lidando com crenças, seus pontos fortes e fracos - seus "opponentes" internos; "No controle das emoções - desenvolvendo sua inteligência emocional - seus "opponentes" íntimos; "Ser resiliente - lidando com pressão e stress - seus "opponentes" externos; "Autocoaching" para a vida - seja seu próprio coach e expanda sua identidade.

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), após a finalização de recursos e correções, antecipou o resultado final com a lista dos candidatos classificados no Processo Seletivo para Estágio Remunerado no Poder Judiciário do Maranhão. A lista do resultado por ampla concorrência pode ser consultada no site da ESMAM, na área de “Processos Seletivos – Estágio Remunerado 2016”. O resultado, que estava previsto para sair no dia 6 de fevereiro, próxima segunda? feira, foi antecipado com autorização da Comissão de Supervisão do Processo Seletivo, presidida pelo desembargador José de Ribamar Castro. Nas duas listas, o resultado segue a ordem de classificação pela nota e dividido por comarcas. São considerados aprovados no seletivo os candidatos que obtiveram aproveitamento igual ou superior a 50% do total das questões da prova objetiva. A partir da segunda?feira (6), de acordo com o edital, correrá o prazo de 48 horas para recursos. A divulgação do resultado final está prevista para dia 13 de fevereiro. Os candidatos aprovados deverão se apresentar em audiência pública no dia 15 de fevereiro, na qual serão prestados esclarecimentos sobre as atividades de estágio e escolhidos os setores de lotação, seguindo a ordem de classificação. Todas as informações sobre o processo seletivo de estágio 2016 também estão sendo publicadas em área exclusiva no site da ESMAM. Outras informações e dúvidas sobre o processo seletivo para estágio remunerado do Tribunal de Justiça do Maranhão também pelo telefone: (98) 3235 3903 (Coordenação Pedagógica da ESMAM)

Assembleia deverá votar reajuste de 6,3% do Judiciário na próxima segunda-feira.

Publicado em 03/02/2017

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, entregou ao presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado estadual Humberto Coutinho, o Projeto de Lei para implantação da nova tabela de vencimentos dos servidores efetivos do Judiciário maranhense.

O documento foi entregue logo após a sessão solene nesta quinta-feira (02), que deu início aos trabalhos parlamentares da Casa de 2017. O deputado estadual Fábio Braga (SD) informou ao presidente do TJMA que já solicitou em requerimento de urgência para que o projeto entre na pauta da próxima segunda-feira (06).

“É um momento importante entregar esse projeto para aprovação da Assembleia e poder, finalmente, implantar o reajuste de 6,3% tanto almejado pelos servidores e batalhado por nós nas tratativas ao longo de todo o ano de 2016”, declarou o presidente Cleones Cunha, após a entrega.

O Projeto de Lei elaborado pela Presidência da Corte que altera a tabela de vencimentos dos servidores do Judiciário com o reajuste de 6,3% foi aprovado pelo Plenário do TJMA no dia 25 de janeiro. A elaboração do projeto de lei foi possível com a aprovação do Orçamento 2017 - R\$ 1,2 bilhão - para o Judiciário maranhense e de emenda orçamentária solicitada pelo TJMA - R\$ 22 milhões -, após cortes na proposta de orçamento enviada originalmente.

Tribunal do Júri de São Luís julgará em fevereiro 21 réus presos

O Tribunal do Júri de São Luís incluiu na pauta de julgamento deste mês de fevereiro processos de réus presos. Serão julgados na 2ª e 4ª Varas 21 acusados de homicídio e tentativa de homicídio.

As sessões começam às 8h20, nos salões localizados no primeiro andar do Fórum Des. Sarney Costa. Já a 1ª e 3ª Varas começarão suas sessões de júri em março.

Na 2ª Vara do Júri serão julgados Valdir Pereira Júnior (06); Alex Gomes da Silva (08), Dener Rodrigues Castro (10), Thiago Silva Reis, Túlio Teles de Carvalho, Valberlino de Oliveira Borges e Wasgilly Moreira Saraiva (14); Robson Geidson Ferreira e Paulo Vitor Soares Pereira (16); Josenilton Gomes Barbosa e Magno José de Sousa (21); Ericleiton Lima Costa, Janilson Pereira Ramos e Reinaldo Costa Araújo (23).

Já no 4º Tribunal do Júri, sentarão no banco dos réus Walteides João Moraes Santos (06), Hellismakson Nunes Baima (08), Rogério de Jesus Melo (13), Reinaldo Costa de Araújo (15), Gustavo Augustor Menezes Lopes e Rafael Mendonça Costa (20) e Carlos Jorge Furtado Rodrigues (22).

Após 17 horas de julgamento, Diego Polary é condenado a 8 anos de prisão

Publicado em 03/02/2017

Diego Polary, filho do Dj Polary, foi condenado na madrugada de hoje (3) a 8 anos de prisão pela morte do advogado Brunno Matos.

O crime ocorreu em outubro de 2014, logo após as eleições. Matos trabalhou como advogado do senador Roberto Rocha (PSB) e participava de uma comemoração pela vitória do socialista.

Polary também foi condenado por tentativa de homicídio - em relação a Alexandre Matos, irmão de Bruno, e Kelvin Chiang.

O julgamento durou 17 horas. Foram condenados, ainda, Carlos Marão (6 anos).

Caso Bruno Matos: Réus são condenados pelo Juri Popular

Diego Polary pegou oito anos de prisão, enquanto os outros dois réus foram condenados a penas de seis e um ano de reclusão

Os três acusados da morte do advogado Brunno Matos, assassinado em outubro de 2014 foram condenados pelo Juri Popular. O julgamento realizado pelo 2º Tribunal do Júri resultou na condenação de o Carlos Humberto Marão Filho, Diego Henrique Marão Polary e João José Nascimento Gomes. Diego Polary foi condenado a oito anos, Cláudio Marão pegou uma pena de seis anos e João José Nascimento Gomes foi sentenciado a um ano de prisão.

Os condenados devem responder em liberdade, até o o julgamento do recurso em segunda instância que será feito pelo Tribunal de Justiça. Caso o TJ mantenha a condenação eles devem iniciar o cumprimento da pena. Os três réus foram sentenciados pelo Tribunal do Juri pelo homicídio e as duas tentativas de homicídio - contra o irmão de Brunno, Alexandre Matos, e do amigo Kelvin Kim Chiang - resultaram de uma discussão, decorrente de quebra de retrovisores de alguns veículos que estariam obstruindo o acesso à garagem da residência do acusado Marão Filho, localizada na Rua dos Magistrados, no bairro do Olho d'Água.

O advogado Brunno Matos, de 29 anos, foi assassinado a facadas na madrugada do dia 6 de outubro de 2014. Alexandre Matos e Klevin Chiang também foram feridos com arma branca.

Cleones Cunha e Cleomar Tema na luta pelos precatórios de municípios do MA

03/02/2017 17:05:12

Presidentes da FAMEM e TJ discutem alternativas de cobrança dos precatórios aos municípios

Os presidentes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram, nesta sexta-feira (03), tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses.

O assunto é uma das principais reivindicações dos atuais prefeitos e prefeitas feitas à entidade municipalista. Atualmente, de acordo com o último edital de comunicação emitido pelo TJ, no dia 31 de dezembro de 2016, 134 municípios do estado possuem dívidas de precatórios.

Cleomar Tema, que participou do encontro acompanhado de prefeitos e da assessoria jurídica da Federação, sugeriu ao desembargador que seja estudada uma maneira para que a cobrança não atinja recursos depositados mensalmente nos chamados fundos constitucionais nas áreas da educação, saúde e assistência social.

"Quando o sequestro dos valores da dívida do precatório é executado, qualquer recurso que esteja na conta da prefeitura é retido, inclusive dos Fundos da Saúde, Assistência e Fundeb. Nossa ideia é de que essa retenção ocorra somente nos recursos oriundos do FPM", explicou o prefeito.

Cleones Cunha explicou que a cobrança da dívida é uma exigência legal e que, constantemente, o Conselho Nacional de Justiça realiza inspeções com o objetivo de verificar se os Tribunais de Justiça do país estão, ou não, cumprindo a lei.

O desembargador avaliou como interessante a proposta do presidente da FAMEM e determinou que a coordenação de precatórios do Tribunal, juntamente com a assessoria jurídica da entidade, aprofundem os estudos.

Também propôs a Tema, o que foi prontamente aceito, uma parceria institucional entre o Poder Judiciário e a

Federação para orientar os gestores a procurarem o Tribunal para negociar o pagamento dos precatórios.

"O que ocorre na maioria das situações é o gestor não adotar nenhuma medida, como o parcelamento da dívida. Esse gestor pode e deve procurar o Tribunal para buscar uma alternativa que evite o bloqueio dos recursos", disse o desembargador.

Durante o encontro, também foram tratadas parcerias futuras para orientar os gestores sobre recebimento de tributos e implantação, nos municípios, de plataformas digitais que permitam agilizar serviços no setor da assistência social.

Estiveram presentes na reunião os prefeitos Djalma Melo (Arari), Rodrigues da Iara (Nina Rodrigues) e Professora Vanderli (Anapurus).

O post [Cleones Cunha e Cleomar Tema na luta pelos precatórios de municípios do MA](#) apareceu primeiro em [Neto Cruz](#).

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, estuda a viabilidade de adotar, no âmbito dos juizados especiais cíveis e da fazenda pública, a modalidade de intimação das partes em processo, por meio do aplicativo 'Whats App'. No estudo, a equipe técnica da Corregedoria concluiu ser viável as intimações por meio do aplicativo, enviadas durante o horário de expediente do Juízo, a partir de aparelho celular cadastrado para a unidade judicial, utilizado - exclusivamente - para este fim. A adesão das partes ao procedimento de intimação via 'Whats App' será voluntário. Mas, ao aderir, os interessados deverão preencher e assinar termo de entrega pelo juizado e informar o número de seus telefones. Além de possuir o aplicativo instalado em seu celular, tablet ou computador, a parte deverá confirmar o recebimento da mensagem, em no máximo 24 horas. Para a corregedora Anildes Cruz, a utilização dessa ferramenta digital, a exemplo do que já é praticado em outros estados do país, dará maior efetividade aos atos processuais devido às suas funcionalidades. "Além de ser um meio legal para efetivar a intimação das partes, o uso dessa ferramenta resulta em maior celeridade e redução considerável de custos para o Judiciário maranhense no desempenho das atividades judiciais, dispensando o pagamento de qualquer despesa para instalação e/ou manutenção", pontuou a desembargadora corregedora. A juíza Márcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais, preside os estudos de viabilidade e gestão na implantação dessa medida inovadora. Andamento A Corregedoria realiza o estudo de viabilidade para a utilização dessa ferramenta nos procedimentos de intimações das partes. O projeto será apresentado pela corregedora Anildes Cruz, nos próximos dias, ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha

Julgamento dos acusados de matar advogado deve durar até a madrugada

Sessão começou na manhã desta quinta-feira (2), e deve entrar noite adentro depois de ouvidas as testemunhas e interrogados os três réus

Data: 02 de Fevereiro de 2017 | Atualizada em: 02/02/2017 - 20:58

O julgamento dos três acusados de envolvimento na morte do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e tentativa de homicídio do irmão dele, Alexandre Matos, e do amigo Kelvin Kim Chiang, iniciado na manhã desta quinta-feira (2), no Fórum Desembargador Sarney Costa, deve entrar noite adentro depois de ouvidas as testemunhas e interrogados os três réus.

A sessão ocorreu no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau, em São Luís, foi presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto de Moura Lima. O julgamento contou com a presença massiva de pessoas ligadas ao Direito, de conhecidos e amigos das famílias das vítimas e dos acusados, de curiosos e da imprensa.

As duas vítimas, Alexandre Matos e Kelvin Kim Chiang, afirmaram que os três acusados foram responsáveis pelos crimes. O vigilante João José Nascimento Gomes, 46 anos, primeiro acusado a ser ouvido, sustentou a versão do segundo depoimento dado à polícia em que teria perdido a faca que estava presa à sua cintura no momento em que se abaixou para pegar um animal de estimação.

Após o médico legista Giuliano Peixoto Campelo confirmar questões técnicas constantes da perícia do Instituto Médico Legal (IML), somente no meio da tarde é que foram ouvidos os acusados João José Nascimento Gomes, Carlos Humberto Marão Filho e Diego Henrique Marão Polary. Apesar de a faca ter sido usada no crime, o vigilante afirmou que não viu evento que culminou na morte do advogado Brunno Matos.

Em depoimento inicial à polícia, João José confessou os crimes. Mas durante julgamento disse que essa versão foi orientada por um advogado e que foi coagido por Carlos Humberto Marão Filho a confessar sozinho os crimes.

O segundo réu ouvido foi Carlos Humberto Marão Filho. De acordo com ele, o vigilante João José Nascimento Gomes foi o responsável pelo homicídio de Brunno Matos e também pelas lesões as demais vítimas, porque o viu próximo a elas após sofrer agressão. Carlos Marão também acrescentou que foi coagido por três delegados a apontar o sobrinho Diego Polary como principal responsável pelo crime.

Diego Henrique Marão Polary, 23 anos, o último dos réus a ser interrogado, negou qualquer envolvimento com os eventos da noite em que morreu Brunno Matos. Sustentou a versão de que estava dormindo durante o fato.

Durante o julgamento Polary disse foi vítima dos fatos e acredita que os policiais induziram seu tio acusá-lo para

atender a vontade da mídia, por onde soube que era suspeito.

Sentença

Em caso de inocência ou condenação dos acusados, a decisão ainda cabe recurso. Julgamento tem previsão para encerrar após meia noite.

Entenda o Caso

O advogado Brunno Eduardo Soares Matos, de 29 anos, foi assassinado a facadas na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, após a festa de comemoração do senador eleito Roberto Rocha (PSB), realizada no comitê de campanha do candidato, no bairro Olho d'Água, em São Luís.

O irmão dele, Alexandre Soares Matos, e o amigo Kelvin Kim Chiang, também foram lesionados. O crime teria sido resultado de uma discussão por causa do som alto da festa. De início Carlos Humberto Marão Filho foi apontado como principal suspeito do crime. No dia 16 de outubro, o vigilante João José Nascimento Gomes assumiu a autoria do assassinato. Depois alegou ter sido coagido por um advogado a assumir a autoria do crime.

Justiça condena os três acusados da morte do advogado Bruno Matos

Diego Polary, Carlos Marão e João Gomes foram condenados a oito, seis e um ano de prisão, respectivamente. Defesa irá recorrer da sentença

Foto: Carlos Marão, Diego Polary e João José/ Reprodução

Os três réus acusados de matar o advogado Bruno Matos, em 6 de outubro de 2014, no Olho D'Água, foram condenados após 17 horas de julgamento. O engenheiro Diego Polary, Carlos Marão e o vigilante João Gomes pegaram oito, seis e um ano de prisão, respectivamente.

O júri considerou Polary com o envolvimento mais grave no crime. Ele foi condenado pelo assassinato de Bruno Matos e ainda por tentar matar Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

Advogado Bruno Mattos foi morto a facadas

Já Carlos Marão foi condenado pela participação no crime e ainda pela tentativa de assassinato de Alexandre e Kelvin. O vigilante João Gomes, contudo, teve a menor das condenações. Ele foi condenado pro lesão corporal. Sua pena será convertida em trabalhos comunitários.

Os três réus poderão recorrer da condenação em liberdade. A defesa de Diego Polary já avisou que vai recorrer da decisão. Bruno Matos foi morto a golpes de faca durante uma briga numa festa no Olho D'Água. Alexandre e Kelvin também foram esfaqueados mas sobreviveram.

Aguarde mais informações

Presidentes da FAMEM e TJ discutem alternativas de cobrança dos precatórios aos municípios

Os presidentes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram, nesta sexta-feira (03), tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses.

O assunto é uma das principais reivindicações dos atuais prefeitos e prefeitas feitas à entidade municipalista. Atualmente, de acordo com o último edital de comunicação emitido pelo TJ, no dia 31 de dezembro de 2016, 134 municípios do estado possuem dívidas de precatórios.

Cleomar Tema, que participou do encontro acompanhado de prefeitos e da assessoria jurídica da Federação, sugeriu ao desembargador que seja estudada uma maneira para que a cobrança não atinja recursos depositados mensalmente nos chamados fundos constitucionais nas áreas da educação, saúde e assistência social.

“Quando o sequestro dos valores da dívida do precatório é executado, qualquer recurso que esteja na conta da prefeitura é retido, inclusive dos Fundos da Saúde, Assistência e Fundeb. Nossa ideia é de que essa retenção ocorra somente nos recursos oriundos do FPM”, explicou o prefeito.

Cleones Cunha explicou que a cobrança da dívida é uma exigência legal e que, constantemente, o Conselho Nacional de Justiça realiza inspeções com o objetivo de verificar se os Tribunais de Justiça do país estão, ou não, cumprindo a lei.

O desembargador avaliou como interessante a proposta do presidente da FAMEM e determinou que a coordenação de precatórios do Tribunal, juntamente com a assessoria jurídica da entidade, aprofundem os estudos.

Também propôs a Tema, o que foi prontamente aceito, uma parceria institucional entre o Poder Judiciário e a Federação para orientar os gestores a procurarem o Tribunal para negociar o pagamento dos precatórios.

“O que ocorre na maioria das situações é o gestor não adotar nenhuma medida, como o parcelamento da dívida. Esse gestor pode e deve procurar o Tribunal para buscar uma alternativa que evite o bloqueio dos recursos”, disse o desembargador.

Durante o encontro, também foram tratadas parcerias futuras para orientar os gestores sobre recebimento de tributos e implantação, nos municípios, de plataformas digitais que permitam agilizar serviços no setor da assistência social.

Estiveram presentes na reunião os prefeitos Djalma Melo (Arari), Rodrigues da Iara (Nina Rodrigues) e Professora Vanderli (Anapurus).

SINDJUS-MA firma convênio com a VIP Cartão Desconto-Coife Odonto

3/02/2017 | 11:49

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão assinou convênio odontológico com a VIP Cartão Desconto-Coife Odonto.

O convênio é no valor de R\$ 36,51 reais mensais com fidelidade de 12 meses. Quem possui esse convênio poderá ser atendido em qualquer clínica da Coife Odonto, independentemente do bairro ou localidade.

Sendo que, o filiado pode acrescentar ao convênio qualquer dependente, além de filhos ou cônjuge.

Os serviços oferecidos são de consultas, urgências odontológicas, odontologia preventiva, dentística (restaurações), cirurgia, endodontia (tratamento de canal), odontopediatria, periodontia (doenças na gengiva), radiologia, ortodontia, prótese dental, implantodontia e estética à laser.

[Clique aqui e acesse a rede credenciada da VIP Cartão Desconto-Coife Odonto?](#)

Obs: Para tratamento com Odontopediatra na capital, crianças abaixo de 06 anos de idade os atendimentos são realizados nas clínicas Coife Odonto Cohatrac e Cohama. Quanto atendimento Odontopediatra favor ligar antes para a clínica da cidade ou para o contato do escritório VIP Cartão Desconto no telefone (98) 3303-5752

Para aderir ao convênio, a adesão pode ser presencial ou preencher a ficha de cadastro e enviar com a documentação para o Setor de Convênios do SINDJUS-MA pelo e-mail convênios@sindjus.org.br

[Clique aqui e baixe a ficha de adesão da VIP Cartão Desconto-Coife Odonto](#)

O atendimento também pode ser presencial no SINDJUS-MA ou com as atendentes da VIP Cartão Desconto que estarão divulgando o convênio odontológico em algumas repartições.

As solicitações de exclusão do convênio odontológico devem ser com dois meses de antecedência antes do término do contrato de um ano.

Agendamento de consulta em Imperatriz

Os servidores de Imperatriz que aderirem ao convênio odontológico precisam realizar no tempo mais breve possível o agendamento da primeira consulta de avaliação, tendo em vista ainda a pequena quantidade de clínicas da Coife Odonto.

Por esse motivo, os usuários só terão atendimento no prazo de 30 dias, após a primeira consulta de avaliação. Depois desses 30 dias, os usuários poderão marcar suas consultas normalmente. Para que o tempo do retorno de 30 dias seja reduzido, o SINDJUS-MA está solicitando que a Coife Odonto instale novas clínicas na região.

Mais informações entre em contato com a Gerente Comercial da VIP Cartão Desconto-Coife Odonto Lídia Martins nos telefones (98) 3303-5752 e (98) 9.8730-3426

Caso Brunno: julgamento termina, e acusados são condenados

O ESTADOMA.COM

03/02/2017 às 05h29

Diego Polary foi condenado a cumprir oito anos de prisão, Carlos Marão Filho cumprirá seis anos, e o vigilante João José Gomes recebeu pena de um ano de prisão

A sessão foi encerrada na madrugada desta sexta-feira (3). (Foto: Flora Dolores / O ESTADO)

SÃO LUÍS - Terminou, por volta das 3h desta sexta-feira (3), o julgamento dos três acusados do assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares, que tinha 27 anos, e da tentativa de homicídio do irmão dele, Alexandre Matos, 27 anos; e do amigo Kelvin Kim Chiang, de 28 anos.

Diego Henrique Marão Polary, de 23 anos, foi condenado a cumprir oito anos de prisão, sendo seis pelo homicídio do advogado Brunno Matos e dois pela tentativa de assassinato que teve como vítima Alexandre Matos; Carlos Marão Filho, de 40 anos, terá de cumprir pena de seis anos de prisão pela participação no assassinato do advogado; já o vigilante João José Nascimento Gomes, de 46, recebeu pena de um ano de prisão por lesão corporal contra Kelvin Chiang.

A sessão de júri ocorreu no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, e foi presidida pelo juiz da titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto Moura. Ainda contou com o promotor de Justiça de acusação, Rodolfo Reis, e a defesa dos acusados ficou a cargo dos advogados Ítalo Leite, Yuri Felix, Francisco Bernardes Júnior, Diego Rego e do defensor público Marcus Patrício Soares.

Crimes

Os crimes aconteceram após festa de comemoração pela eleição de Roberto Rocha (PSB), para senador, na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, em uma residência no bairro do Olho d'Água.

Segundo a denúncia feita pelo Ministério Público, o assassinato e as duas tentativas de homicídio foram resultado de uma discussão em virtude de quebra de retrovisores de alguns veículos que supostamente estariam obstruindo o acesso à garagem da residência do acusado Marão Filho. Brunno Matos foi morto a golpes de faca; Alexandre Matos e Kelvin Chiang também foram golpeados por uma arma branca.

Três vão a júri pela morte de Brunno Matos

03/02/2017

Carlos Marão Filho, João José Nascimento Gomes e Diego Henrique Marão Polary são acusados da morte do advogado e pela tentativa de morte do seu irmão Alexandre Matos

Julgamento de três acusados da morte do advogado Brunno Matos (Foto: Biaman Prado)

SÃO LUÍS - No começo da noite de ontem, não havia terminado o julgamento dos três envolvidos no assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares, então com 27 anos, e na tentativa de homicídio do irmão dele, Alexandre Matos, 27 anos; e do amigo Kelvin Kim Chiang, de 28 anos. Os crimes ocorreram após festa de comemoração pela eleição de Roberto Rocha (PSB), para senador, na madrugada do dia 6 de outubro de 2014 em uma residência no bairro do Olho d'Água,

A sessão de júri ocorreu no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, e foi presidida pelo juiz da titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto Moura. Ainda contou com o promotor de Justiça de acusação, Rodolfo Reis, e a defesa dos acusados ficou a cargo dos advogados Ítalo Leite, Yuri Felix, Francisco Bernardes Júnior, Diego Rego e do defensor público Marcus Patrício Soares.

Carlos Marão Filho, 40 anos, foi pronunciado pela suposta participação no assassinato do advogado Brunno Matos; o vigilante João José Nascimento Gomes, 46 anos, pela participação no assassinato contra o advogado e tentativa de homicídio contra Kelvin Chiang e Diego Henrique Marão Polary, de 23 anos, pela suposta prática de homicídio do advogado e tentativa de assassinato que teve como vítima Alexandre Matos.

O juiz Gilberto Moura declarou que a sessão de julgamento estava prevista para ocorrer dentro da normalidade e terminaria até o começo da madrugada desta sexta-feira, 3. No decorrer da sessão, deveriam ser ouvidas 23 testemunhas e, dentre elas, o delegado do inquérito policial, médicos legistas, peritos e até mesmo os policiais militares que realizaram a prisão dos acusados após o crime. "Quem vai decidir a sentença do julgamento é o corpo de jurados, pois eu apenas vou divulgá-la", afirmou o juiz.

Entenda o caso

Segundo a denúncia feita pelo Ministério Público que o assassinato e as duas tentativas de homicídio foram resultado de uma discussão em virtude de quebra de retrovisores de alguns veículos que supostamente estariam obstruindo o acesso à garagem da residência do acusado Marão Filho, localizada no bairro do Olho d'Água. Brunno Matos foi morto a golpes de faca; Alexandre Matos e Kelvin Chiang também foram golpeados por uma arma branca.

Justiça condena Diego Polary a 8 anos de prisão pela morte de Bruno Matos

Carlos Marão e João Gomes também foram condenados. Todos vão recorrer da decisão em liberdade.

Fonte: Da Redação

Data de publicação: 03/02/2017

Tags: Caso Bruno Matos Condenação Decisão Judicial

O engenheiro civil Diego Polary, o bacharel em hotelaria Carlos Marão e o vigilante João Gomes foram condenados pela morte do advogado Bruno Matos e tentativa de homicídio de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

O resultado por volta das 3h da manhã desta sexta-feira (3), após mais de 17 horas de julgamento. 13 testemunhas foram ouvidas, os três réus foram escutados, além de uma longa arguição do Ministério Público e da assistência de acusação, assim como da banca dos advogados de defesa.

Diego Polary foi condenado a oito anos de prisão por ser o responsável pelo assassinato do advogado Bruno Matos, assim como pela tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

Carlos Marão foi condenado a seis anos por participação no homicídio do advogado Bruno Matos e da tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

João Gomes foi condenado a um ano de detenção por lesão corporal. Sua pena deve ser convertida em trabalho comunitário por ser réu primário.

Todos os condenados vão recorrer da decisão em liberdade.

O desembargador Ricardo Duailibe é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (3) até domingo (5), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Claudio Coutinho e Joseli Nascimento, cujo telefone celular disponibilizado para contato é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em forma de sobreaviso.

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, é necessário entrar em contato com os servidores plantonistas, que - além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação - são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento das ações ao desembargador de plantão.

No período de 6 a 12 de fevereiro- no horário de 18h às 8h do dia seguinte - o desembargador José Bernardo Rodrigues responderá pelo plantão judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no site www.tjma.jus.br, no link plantão judiciário.

O engenheiro civil Diego Polary, o bacharel em hotelaria Carlos Marão e o vigilante João Gomes foram condenados pela morte do advogado Brunno Matos e tentativa de homicídio de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

O resultado por volta das 3h da manhã desta sexta-feira (3), após mais de 17 horas de julgamento. 13 testemunhas foram ouvidas, os três réus foram escutados, além de uma longa arguição do Ministério Público e da assistência de acusação, assim como da banca dos advogados de defesa.

Diego Polary foi condenado a oito anos de prisão por ser o responsável pelo assassinato do advogado Brunno Matos, assim como pela tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

Carlos Marão foi condenado a seis anos por participação no homicídio do advogado Brunno Matos e da tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

João Gomes foi condenado a um ano de detenção por lesão corporal. Sua pena deve ser convertida em trabalho comunitário por ser réu primário.

Todos os condenados vão recorrer da decisão em liberdade.

Réus são condenados pelo Juri Popular

Diego Polary pegou oito anos de prisão, enquanto os outros dois réus foram condenados a penas de seis e um ano de reclusão.

Fonte: MA10Data de publicação: 03/02/2017Tags: [Julgamento](#)

Os três acusados da morte do advogado Bruno Matos, assassinado em outubro de 2014 foram condenados pelo Juri Popular. O julgamento realizado pelo 2º Tribunal do Júri resultou na condenação de o Carlos Humberto Marão Filho, Diego Henrique Marão Polary e João José Nascimento Gomes. Diego Polary foi condenado a oito anos, Cláudio Marão pegou uma pena de seis anos e João José Nascimento Gomes foi sentenciado a um ano de prisão.

Os três réus (de branco), foram condenados pelo assassinato de Bruno Matos mas vão recorrer em Liberdade

Os condenados devem responder em liberdade, até o o julgamento do recurso em segunda instância que será feito pelo Tribunal de Justiça. Caso o TJ mantenha a condenação eles devem iniciar o cumprimento da pena. Os três réus foram sentenciados pelo Tribunal do Juri pelo homicídio e as duas tentativas de homicídio - contra o irmão de Brunno, Alexandre Matos, e do amigo Kelvin Kim Chiang - resultaram de uma discussão, decorrente de quebra de retrovisores de alguns veículos que estariam obstruindo o acesso à garagem da residência do acusado Marão Filho, localizada na Rua dos Magistrados, no bairro do Olho d'Água.

O advogado Brunno Matos, de 29 anos, foi assassinado a facadas na madrugada do dia 6 de outubro de 2014. Alexandre Matos e Klevin Chiang também foram feridos com arma branca.

Réus são condenados pelo Juri Popular

Os três acusados da morte do advogado Brunno Matos, assassinado em outubro de 2014 foram condenados pelo Juri Popular. O julgamento realizado pelo 2º Tribunal do Júri resultou na condenação de o Carlos Humberto Marão Filho, Diego Henrique Marão Polary e João José Nascimento Gomes. Diego Polary foi condenado a oito anos, Cláudio Marão pegou uma pena de seis anos e João José Nascimento Gomes foi sentenciado a um ano de prisão.

Os condenados devem responder em liberdade, até o o julgamento do recurso em segunda instância que será feito pelo Tribunal de Justiça. Caso o TJ mantenha a condenação eles devem iniciar o cumprimento da pena. Os três réus foram sentenciados pelo Tribunal do Juri pelo homicídio e as duas tentativas de homicídio – contra o irmão de Brunno, Alexandre Matos, e do amigo Kelvin Kim Chiang – resultaram de uma discussão, decorrente de quebra de retrovisores de alguns veículos que estariam obstruindo o acesso à garagem da residência do acusado Marão Filho, localizada na Rua dos Magistrados, no bairro do Olho d'Água.

O advogado Brunno Matos, de 29 anos, foi assassinado a facadas na madrugada do dia 6 de outubro de 2014. Alexandre Matos e Klevin Chiang também foram feridos com arma branca.

Decisão reconhece possibilidade de execução provisória de sentença contra a Fazenda Pública

Desembargador substituto José Jorge Figueiredo dos Anjos foi o relator do processo

Os desembargadores da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJMA) negaram recurso interposto pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e mantiveram decisão que recebeu recurso de apelação apenas no efeito devolutivo (devolução da matéria recursal para o mesmo órgão judicial que proferiu a decisão, ou para outro órgão jurisdicional de instância superior).

O processo foi julgado no colegiado sob a relatoria do desembargador substituto, José Jorge Figueiredo dos Anjos. A sentença havia confirmado tutela antecipada contra a autarquia (ato do juiz que adianta ao postulante, total ou parcialmente, os efeitos do julgamento de mérito). Ao receber a apelação, o juízo de base indeferiu o efeito suspensivo.

O Detran recorreu junto ao TJMA pedindo reforma da decisão, alegando que a confirmação da tutela antecipada não impediria a concessão do efeito suspensivo por se tratar de Fazenda Pública, cujas execuções dependeriam do trânsito em julgado.

O desembargador substituto José Jorge Figueiredo dos Anjos (relator) reconheceu a necessidade do trânsito em julgado para execução da sentença, porém afirmou a possibilidade de cumprimento provisório para adiantar o procedimento, aguardando-se o trânsito em julgado para expedição do precatório ou requisição de pequeno valor (RPV).

Para ele, o recebimento do recurso de apelação apenas no efeito devolutivo permite somente o início da execução, como forma de adiantar a apuração dos valores, ficando postergado (adiado, prorrogado) o pagamento para após o trânsito em julgado.

"Mesmo que agravada dê início à execução provisória também quanto à obrigação de pagar, não poderá haver a expedição do competente RPV ou precatório enquanto não houver o trânsito em julgado da sentença", justificou o relator, citando precedentes de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema jurídico.

Acompanharam o voto do relator os desembargadores Jamil de Miranda Gedeon Neto e Marcelino Chaves Everton. (Processo nº. 033547/2016). **(Ascom TJMA)**

Sistema da UMF registra aumento de demandas em benefício de apenados

A Unidade de Fiscalização e Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão possui um sistema, que permite a qualquer interessado cadastrar solicitações ou denúncias referentes ao sistema carcerário estadual. Trata-se do SisUMF, ferramenta eletrônica lançada em 2014 que já processou 2.360 demandas, com um crescimento anual de 240%.

O SisUMF está disponível no Portal do Poder Judiciário do Maranhão, na seção "Cidadão", no link do "Monitoramento Carcerário".

Em 2016, foram registradas 1.560 solicitações, a maior parte referente a Regularização de Guia de Execução, encaminhamento de apenados para emissão de documentos e Informação processual à família dos apenados.

O Sistema auxilia o trabalho da Unidade, onde partes de processo, familiares, advogados, assistentes sociais ou mesmo juízes podem cadastrar solicitações envolvendo os apenados, como pedido para emissão de documentos, inclusão de apenados em curso de qualificação profissional, informações processuais, inspeções, regularização de guia de internação, vagas de trabalho no Programa Começar de Novo, entre outros.

Para o coordenador da UMF, desembargador Froz Sobrinho, o número de demandas ainda é baixo, o que se deve ao desconhecimento da ferramenta pelos operadores e familiares dos apenados do Sistema Carcerário.

"A utilização do sistema pode melhorar a comunicação com o público externo, facilitando o acesso à Justiça e promovendo a cidadania", avalia o magistrado. **(Ascom-TJMA)**

Tribunal do Júri de São Luís julgará em fevereiro 21 réus presos

03/02/2017 11:38:32

O Tribunal do Júri de São Luís incluiu na pauta de julgamento deste mês de fevereiro processos de réus presos. Serão julgados na 2ª e 4ª Varas 21 acusados de homicídio e tentativa de homicídio. As sessões começam às 8h20, nos salões localizados no primeiro andar do Fórum Des. Sarney Costa. Já a 1ª e 3ª Varas começarão suas sessões de júri em março.

Na 2ª Vara do Júri serão julgados Valdir Pereira Júnior (06); Alex Gomes da Silva (08), Dener Rodrigues Castro (10), Thiago Silva Reis, Túlio Teles de Carvalho, Valberlino de Oliveira Borges e Wasgilly Moreira Saraiva (14); Robson Geidson Ferreira e Paulo Vitor Soares Pereira (16); Josenilton Gomes Barbosa e Magno José de Sousa (21); Ericleiton Lima Costa, Janilson Pereira Ramos e Reinaldo Costa Araújo (23).

Já no 4º Tribunal do Júri, sentarão no banco dos réus Walteides João Moraes Santos (06), Hellismakson Nunes Baima (08), Rogério de Jesus Melo (13), Reinaldo Costa de Araújo (15), Gustavo Augustor Menezes Lopes e Rafael Mendonça Costa (20) e Carlos Jorge Furtado Rodrigues (22).

O post [Tribunal do Júri de São Luís julgará em fevereiro 21 réus presos](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).

Suspeito de assassinar advogado Brunno Matos é condenado a 8 anos de prisão

publicado em 3/2/2017 Atualizado em 03/02/2017 - 07:08

Os suspeitos de envolvimento na morte do advogado Brunno Eduardo Matos Soares (*foto*) e tentativa de homicídio do irmão dele, Alexandre Matos, e do amigo Kelvin Kim Chiang, foram condenados na madrugada desta sexta-feira (3).

Diego Henrique Marão Polary foi condenado a oito anos de prisão, por ser o responsável pelo assassinato do advogado Brunno Matos, assim como a tentativa de assassinato de Alexandre Matos e Kelvin Chiang. Carlos Humberto Marão Filho, a seis anos por participação no homicídio e João José Nascimento Gomes a um ano de detenção por lesão corporal e sua pena deve ser convertida em trabalho comunitário por ser réu primário.

Todos os condenados vão recorrer da decisão em liberdade.

O julgamento começou por volta das 9h da manhã no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto de Moura Lima. O resultado saiu após mais de 17 horas de julgamento por volta das 3h da manhã desta sexta-feira.

No julgamento 13 testemunhas foram ouvidas, três réus escutados, além de uma longa arguição do Ministério Público e da assistência de acusação, assim como da banca dos advogados de defesa.

Os crimes ocorreram na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, no bairro do Olho d'Água, em São Luís. Conforme a denúncia feita pelo promotor de justiça Agamenon Batista de Almeida Júnior, a discussão iniciou após o advogado Brunno Matos tomar satisfação com Marão Filho acerca do dano que esse teria causado no seu veículo. Ambos teriam ido às vias de fato, situação que atraiu para o local as vítimas Alexandre Matos, Kelvin Kim Chiang e a testemunha Wesley Carvalho, no intuito de defenderem o advogado, resultando no envolvimento deles na briga.

Segundo se depreende da denúncia, no momento das agressões mútuas, chegou ao local o vigilante João José Nascimento, que partiu para cima das vítimas com a intenção de defender Marão Filho que continuou com as agressões mesmo após os rapazes terem sido esfaqueados. Dessa briga generalizada, Brunno Matos faleceu e Alexandre Matos e Kelvin Chiang sobreviveram após serem submetidos a intervenções cirúrgicas.

Caso Brunno Matos: Justiça condena acusados

| Redação - Atualizado às 07h34

Decisão ocorreu após 20 horas de julgamento *Foto: Elinalva Cardoso*

Após quase 20 horas de julgamento, saiu a decisão. Diego Polary e Carlos Humberto Marão foram considerados culpados pela morte do advogado Brunno Matos. Diego foi condenado a 6 anos, pelo homicídio e mais 2, pelo crime de lesão corporal contra Alexandre Matos, irmão de Bruno. A defesa de Diego Polary disse que vai recorrer da decisão da justiça. Já o vigilante João Gomes foi desclassificado pelo homicídio, e condenado a apenas 1 ano, por lesão corporal.

O julgamento começou por volta das 08h30 desta quinta-feira (02). A sessão foi presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Gilberto de Moura Lima e atuaram na acusação o promotor de justiça Rodolfo Soares dos Reis, com os assistentes da acusação advogados Meihem Ibrahim Saad Neto e Rafael Moreira Sauaia.

Foram ouvidas as duas vítimas, testemunhas de defesa e de acusação e três réus interrogados: Diego Henrique Marão Polary, Carlos Humberto Marão Filho e João José Nascimento Filho. Das 25 testemunhas previstas no julgamento, oito foram dispensadas.

Entenda o caso

Na madrugada do dia 06 de outubro de 2014, no bairro do Olho d'Água, os envolvidos no caso teriam iniciado uma briga após o advogado Brunno Matos tomar satisfação com Marão Filho acerca do dano que esse teria causado no seu veículo. Ambos teriam ido às vias de fato, situação que atraiu para o local as vítimas Alexandre Matos, Kelvin Kim Chiang e a testemunha Wesley Carvalho, no intuito de defenderem o advogado, resultando no envolvimento deles na briga.

Segundo se depreende da denúncia, no momento das agressões mútuas, chegou ao local o vigilante João José Nascimento, que partiu para cima das vítimas com a intenção de defender Marão Filho que continuou com as agressões mesmo após os rapazes terem sido esfaqueados.

Dessa briga generalizada, Brunno Matos faleceu e Alexandre Matos e Kelvin Chiang sobreviveram após serem submetidos a intervenções cirúrgicas.